



DIÁRIO

da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO XXIX ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Manuel Alves de Oliveira
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

Às 10 horas e 55 minutos entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Sr. Presidente da República (Jorge Sampaio), o Sr. Presidente da Assembleia da República (Mota Amaral) — que saudaram, com uma vénia, os Presidentes dos Parlamentos dos países candidatos ao alargamento da União Europeia e os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Sr. Primeiro-Ministro (Durão Barroso), os Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, os Secretários da Mesa, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe e os Secretários do Protocolo do Estado, o Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República e o Director do Gabinete de Relações Públicas e Internacionais da Assembleia da República.

No Hemiciclo encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, o Vice-Procurador-Geral da República, o Ministro da República para os Açores, o Ministro da República para a Madeira, o Provedor de Justiça, o Presidente do Supremo Tribunal Militar, o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, os Conselheiros de Estado José Manuel Galvão Teles, Maria de Jesus Serra Lopes e Vítor Constâncio, os Chefes de Estado-Maior da Força Aérea, do Exército e da Armada, os Vice-Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça Nunes da Cruz e José António Mesquita, os Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional Gil Galvão, Maria Helena Brito, Maria Fernanda Palma e Maria dos Prazeres Beleza, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (Santana Lopes), a Governadora Civil de Lisboa, o Presidente da Alta da Alta Autoridade para a Comunicação Social, o Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, o Comandante Naval, o Governador Militar de Lisboa, os Comandantes dos Comandos Operacionais da Força Aérea

e das Forças Terrestres, o Director Nacional da Polícia de Segurança Pública e o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana.

Encontravam-se ainda presentes, na Tribuna A, as esposas do Presidente da República e do Primeiro-Ministro, o ex-Presidente da República Ramalho Eanes e esposa, a esposa do ex-Presidente da República Mário Soares, o Cardeal Patriarca, as esposas dos Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, os ex-Presidentes da Assembleia da República Leonardo Ribeiro de Almeida e Francisco Oliveira Dias, na Tribuna B, os Presidentes dos Parlamentos dos países candidatos ao alargamento da União Europeia (Bulgária, República Checa, Estónia, Chipre, Letónia, Lituânia, Hungria, Polónia, Eslováquia e Eslovénia), acompanhados das respectivas delegações, e, nas galerias, membros do Governo, as comitivas que acompanhavam os Presidentes dos Parlamentos dos países candidatos ao alargamento da União Europeia e demais convidados.

Constituída a Mesa, na qual o Sr. Presidente da República tomou lugar à direita do Sr. Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, postada nos Passos Perdidos, executou o Hino Nacional.

Seguiram-se os discursos dos Srs. Deputados Heloísa Apolónia (Os Verdes), Joana Amaral Dias (BE), Bruno Dias (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Medeiros Ferreira (PS) e José de Matos Correia (PSD), do Sr. Presidente da Assembleia da República e do Sr. Presidente da República.

A sessão foi encerrada eram 13 horas e 40 minutos, tendo, de novo, a banda da Guarda Nacional Republicana executado o Hino Nacional, que foi cantado de pé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 55 minutos.

A Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada junto aos Passos Perdidos, executou o Hino Nacional.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António Alfredo Delgado da Silva Preto
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Arménio dos Santos
 Bernardino da Costa Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Parente Antunes
 Daniel Miguel Rebelo
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Eduardo Artur Neves Moreira
 Fernando António Esteves Charrua
 Fernando Jorge Pinto Lopes
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 Jorge Nuno Fernandes Trailla Monteiro de Sá
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel dos Santos Alves
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 José Manuel Pereira da Costa
 José Miguel Gonçalves Miranda
 Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira

Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Marco António Ribeiro dos Santos Costa
 Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria João Vaz Osório Rodrigues da Fonseca
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Paula Barral Carloto de Castro
 Maria Teresa da Silva Moraes
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Jorge Reis Antunes Frاسquilho
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Sérgio André da Costa Vieira
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
 Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Jorge Gonçalves e Gama de Oliveira
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fausto de Sousa Correia
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Jaime José Matos da Gama
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Barroso Soares

João Cardona Gomes Cravinho
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lação Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José da Conceição Saraiva
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luis Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luís Manuel Carvalho Carito
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmiento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo José Fernandes Pedrosa
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo

João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís José Vieira Duque
 Manuel de Almeida Cambra
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Daniel Fugas Veiga
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Odete dos Santos
 Vicente José Rosado Merendas

Bloco de Esquerda (BE):

Joana Beatriz Nunes Vicente Amaral Dias
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes»:

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. **Presidente**: — Cumprimento, em nome da Assembleia, o Sr. Presidente da República, as Autoridades presentes, o Governo e as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Conforme está estabelecido, nesta Sessão Solene Comemorativa do XXIX Aniversário do 25 de Abril todos os partidos políticos com assento parlamentar usarão da palavra, cada um dispendo de 10 minutos.

Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Deputados, Srs. Capitães de Abril, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Logo à tarde, na Avenida da Liberdade, milhares de pessoas afirmarão: «O povo unido, jamais será vencido!» e «25 de Abril sempre, fascismo nunca mais!». Nada mais oportuno e adequado nos dias que correm.

Este ano temos razões acrescidas para evocar os valores da democracia e da liberdade, referências inequívocas da revolução que homens e mulheres portugueses construíram e concretizaram, pondo fim a uma ditadura de 48 anos, a um regime fascista que calou e censurou os portugueses, que fez a guerra do Ultramar, que procurou moldar pensamentos para alimentar um sistema que não tinha nenhuma legitimidade. É, pois, a esses homens e mulheres que fizemos Abril que devemos o nosso agradecimento pela liberdade que as actuais gerações conhecem.

Já aqui foi referido várias vezes em debates parlamentares, mas penso que é oportuno, especialmente hoje, repeti-lo: os portugueses que estiveram quase meio século a viver uma ditadura, certamente não teriam agradecido que

um qualquer país nos tivesse bombardeado e ocupado para erradicar o regime de Salazar ou de Caetano, devastando Portugal e matando inúmeras crianças,...

Aplausos da Deputada do PCP Odete Santos e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

... mulheres e homens inocentíssimos e até fundamentais na luta contra o regime fascista. Hoje, não estaríamos aqui a comemorar a revolução dos cravos e teríamos como memória actos hediondos em tempos hediondos.

Mas enquanto para nós isto não passa de um apelo às consciências do quão horrível teria sido, para outros foi uma realidade — no Iraque, crianças, mulheres e homens, já vítimas de uma ditadura, pagaram com a sua vida a insanidade de Bush e Blair, que promoveram uma guerra ilegal, violando todas as regras internacionais, com o objectivo de controlar reservas petrolíferas.

Nós, em Portugal, conquistámos a liberdade pela paz e fomos donos do nosso destino. Quando festejamos o 25 de Abril, festejamos justamente a paz e o fim do colonialismo. Por isso, sabemos dar valor à independência conquistada. E é extraordinário como isso se revelou na forma como o povo português se manifestou claramente contra a guerra no Iraque, ao contrário do Governo, que, contra o sentimento generalizado da população portuguesa, apoiou essa guerra.

É também, pelo que vimos, com o 25 de Abril em Portugal que temos uma especial responsabilidade em combater outras formas de ocupação de territórios, de colonialismo, de imperialismo, que há quem tenha vontade de impor no mundo, com um super poder mundial norte-americano. Não queremos donos para o mundo, queremos povos soberanos, livres, independentes.

Mas temos ainda razões acrescidas para evocar os valores de Abril, porque, em Portugal, temos assistido a um retrocesso de direitos adquiridos como seria impensável ver 29 anos depois do 25 de Abril. Então, o normal, numa óptica de modernidade, de progresso, não seria sempre o reforço de direitos dos cidadãos, por forma a garantir-lhes mais segurança na vida, mais bem-estar?

É por isso que não se pode aceitar, nem tão pouco compreender como é que foram aprovadas alterações à legislação laboral que fragilizam de tal modo a posição dos trabalhadores, que a insegurança e o medo passam a ditar a submissão completa dos trabalhadores à vida das empresas.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — E não se pode compreender como é que até o acesso a direitos básicos que o 25 de Abril assegurou, hoje se procura restringir, transformando certos bens imprescindíveis e essenciais à vida, como a água, em mercadorias, levando à apropriação de um bem colectivo, através da anunciada privatização do sector da água.

Como não se pode compreender como as mulheres continuam discriminadas quando, em Portugal, continuam sem liberdade de decidir sobre o seu corpo e a ser vergonhosamente submetidas a abortos clandestinos, nas condições mais deploráveis, com todos os riscos que isso comporta para a sua vida.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — A negação de direitos é contra Abril. Abril é conquista, é sempre mais e melhor para as pessoas e para o desenvolvimento.

Isso reflecte-o uma das maiores criações de Abril — a Constituição da República Portuguesa. E, apesar de todas as tentativas que têm sido feitas para violar ou até desvirtuar a nossa Constituição, ela continua a ser o garante de muitos dos nossos direitos.

E bem se percebe o seu valor quando o Ministro, a propósito do Código do Trabalho, diz que só não se foi mais longe porque a Constituição Portuguesa não permitia. E, mesmo assim, aquela legislação laboral está repleta de inconstitucionalidades, questão que ainda esperamos que seja resolvida.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — E continuamos a aperceber-nos da importância da nossa Constituição, quando ouvimos, por exemplo, outro Ministro referir que não aumenta mais o valor das propinas, porque há um acórdão do Tribunal Constitucional que não permite encarecê-las mais.

É preciso cumprir a Constituição de Abril, e há tanto a fazer para atribuir e garantir qualidade de vida aos portugueses que não se compreende como se dá prioridade àquilo que não está na base dos problemas dos cidadãos, como a reforma do sistema político ontem aprovada neste Parlamento, a pretexto da necessidade de credibilizar a vida política, quando, afinal, são os partidos que estiveram na base desta reforma que a têm descredibilizado.

Em momentos de crise aumentam as subvenções estatais para os partidos políticos, aumentam os gastos de campanha eleitoral e muitos outros exemplos poderia dar de graves alterações à lei dos partidos e do financiamento dos partidos, que ontem aconteceu.

Como querem credibilizar a vida política quando as pessoas estão fartas de ouvir tantos compromissos eleitorais e de os ver gorados logo a seguir? Como querem que os portugueses se sintam quando se promete a baixa de impostos em campanha eleitoral e logo depois das eleições, afinal, se aumentam os impostos? Ou quando condenam uma guerra absurda e vêem Portugal «colado» a essa guerra? Ou quando os problemas ambientais que os afectam continuam a acentuar-se sem vias de resolução? Ou quando a riqueza é cada vez mais distribuída de forma desigual, as empresas se vão, a agricultura não dá, a saúde e a educação são para quem as pode pagar, os imigrantes não têm como se integrar, os deficientes continuam a ser marginalizados?! Para além de que não há como credibilizar a vida política quando se continua a assistir a uma certa promiscuidade entre o poder político e o poder económico, ou quando a falta de ética na política continua a existir.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — Afinal, a credibilização da vida política passa pela verdade, pela seriedade, pela transparência, pela ética de quem exerce mandatos políticos, pelo cumprimento dos compromissos assumidos com as populações e por medidas positivas de desenvolvimento. E passa também, necessariamente, pelo cumprimento de um dos princípios de Abril: a aproximação dos centros de decisão às populações, o fomento da participação das populações.

Por isso, deve preocupar-nos o estrangulamento financeiro com o qual os órgãos autárquicos se têm confrontado ao longo dos anos. E atente-se também à contínua transferência de poderes de decisão de Portugal para Bruxelas, estando hoje até em discussão, na União Europeia, o papel dos parlamentos nacionais, aos quais se procuram retirar poderes legislativos, e a tentativa de domínio dos órgãos de decisão da União pelos grandes países.

E quantos portugueses terão conhecimento que na Convenção sobre o Futuro da Europa se está a preparar uma constituição europeia, sem a participação dos cidadãos, a qual prevalecerá hierarquicamente sobre as constituições nacionais, mesmo sobre as mais avançadas na garantia de direitos, liberdades e garantias, como é o caso da nossa Constituição. Não podemos permitir que nos retirem aquilo que foi uma das maiores criações e conquistas de Abril.

Termino, referindo que o 25 de Abril de 1974 constituiu, para além de tudo o mais, uma lição a não esquecer. Parecia, com certeza, impossível mudar o regime; parecia, com certeza, que a ditadura já era uma inevitabilidade para Portugal, que estava agarrada com raízes fortíssimas. Mas houve quem não acreditasse em inevitabilidades e quem prosseguisse uma missão quase impossível numa luta continuada e prolongada em função de um sonho que era necessário tornar real — construir um Portugal de liberdade, democrático, que conhecesse novamente a paz.

Por isso, quando hoje nos falam em inevitabilidades, quando nos fazem crer que adoptam políticas prejudiciais aos portugueses porque tem de ser assim, porque não há outro caminho, quando nos fazem crer que retirar direitos aos trabalhadores é a forma de as empresas criarem competitividade, quando nos dizem que não resolvem problemas ambientais, que muito afectam a saúde pública, porque, para desenvolver, é preciso não impedir as agressões ambientais, quando nos dizem que a privatização de sectores como a educação, a saúde ou a água são inevitáveis, só porque isso faz parte de uma dita modernidade, é preciso dizer, com veemência: não é verdade!

Deixar de acreditar que é possível tomar outros caminhos é deixar de ser livre e de exigir democracia.

Por isso, em nome de Os Verdes, quero dizer que vale a pena acreditar e vale a pena agir. Pela qualidade de vida, pelo desenvolvimento sustentável, pela igualdade, pela liberdade mantenhamos a «força de Abril».

Viva o 25 de Abril!

Aplausos de Os Verdes, do PCP e do BE.

O Sr. Presidente: — Em representação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Amaral Dias.

A Sr.^a Joana Amaral Dias (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Ilustres Convidados: Tenho a idade da Revolução. No 25 de Abril de 1974 tinha meses de idade e estava em Luanda, com meus pais, envoltos na guerra colonial, essa que sangrou tantos pais e famílias de tantas pessoas da minha geração, de um e de outro lado. Uma guerra que negava aos povos o direito à independência e justificava, no nosso país, a continuidade de uma ditadura.

Não vivi a Revolução e apenas beneficiei dela. E, tal como eu, muitos foram os que cresceram sob a promessa do 25 de Abril, de uma nova ordem que era internacional e que, então, se queria também nacional, uma nova ordem que prometia a democracia, a justiça e a igualdade, que gritava pelos direitos humanos, pelas garantias e liberdades dos povos.

À medida que fui crescendo, cresci para uma nova consciência cívica, para um entendimento outro. Assisti a mais esta e mais aquela comemoração do 25 de Abril de 1974 e estive em muitas das manifestações, onde essas promessas se renovavam, ampliadas. Sem dúvida alguma que a minha geração, fruto da batalha destemida dos capitães de Abril, já sages quando ainda nós pequenos, teve oportunidades e regalias de que os nossos pais não dispuseram e os nossos avós jamais.

Os da idade da Revolução, os «filhos de Abril», beneficiaram. Herdámos já um País com liberdades democráticas, com direitos civis e sociais e em rápida transformação.

Do mesmo modo crescemos, na viragem para os anos 90, sob o prenúncio de uma terra mais plena, que se anunciava ante a queda do muro de Berlim. Como hoje todos sabemos, entre as promessas e as realidades encontra-se a exigência não concretizada.

«Filhos de Abril» são também todas essas vitórias e conquistas sobre a liberdade, os direitos, a esperança e a qualidade de vida, da saúde ao ensino, da avenida ao monte. «Filhos de Abril» são também o inconformismo e a bravura. «Filha de Abril» é também a coragem, a «mãe coragem». É essa grande arma que urge agora resgatar, perante a balança que estamos, entre o Deve e o Haver, entre o prometido de Abril a Novembro e o cumprido em 29 anos, nos nossos 29 anos também.

Olhemos, então, para o mundo em que estamos, para a democracia que temos, para a liberdade com que sonhamos, para a sociedade que poderíamos e para a paz em que repousaríamos. E não, não nos venham falar, não nos venham calar, com o fim da utopia, o fracasso da vontade ou a desgraça da solidariedade.

A esquerda não está apática, não está em retirada, nem em decadência, nem num impasse. A história não morreu, nem morrerá, ao contrário do que muitos vêm afirmando desde a década de 50 e alardeiam agora, associando essa suposta retirada à decadência da história. Mas, como diria Oscar Wilde, e ele bem sabia como era soletrar liberdade, estar errado acerca da história uma vez é lamentável, ao passo que estar errado duas vezes é pura negligência.

Olhemos então para o percurso que fizemos e para o trilho que esboçámos.

Não nos adormecemos na informe da mercantilização, no servilismo do trabalho, no pavor imposto pelas oligarquias arrogantes ou «abobalhem» na incomodidade bem comportada. Por mais arredados que estejamos da participação cívica, do envolvimento social, dos centros de decisão política, por mais anestesiados que sobrevivamos, como diria Emma Santos, a manhã volta sempre. «Sempre a manhã. Ainda que anteponhas uma barreira entre ti e a luz, que feches a janela, que te enroles nos lençóis, que te escondas, que te percas ou afogues, a manhã volta sempre». E que manhã, que alvorada queremos para amanhã, para o dia 26 de Abril de 2003, a data que, no meu passado, era a data do futuro, de um futuro futurista, dispensando a terra e aventurado no espaço, de um futuro sem doença, sem fome e sem dor?

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Muito bem!

A Oradora: — O mundo que temos e o mundo que queremos. O mundo que temos é, agora, um que se contenta com uma democracia pequenina? Onde, ao arrepio de todo o direito internacional e de muitas outras revoltas de cravos e pinheiros bravos, assistimos ao poderio político e bélico da única grande potência, hegemónica, arremessado sobre um país que sufocou durante décadas sobre um ditador, servindo a democracia sobre lápides tumulares, chacinando famílias e crianças, implodindo património, identidade, história e cultura e negociando-se em milhões em cima e por baixo de mesas de cadáveres, escombros e muita, toda a sombra.

O mundo que temos e o mundo que queremos. Um Portugal que volta atrás, que se modernizou na fachada, mas deixou em putrefacção o recheio, como se de um cenário se tratasse. onde ainda grassa a fome, o analfabetismo, a doença. Onde fermenta o absentismo e o alheamento da participação política. Onde a garantia constitucional e fundamental de um Serviço Nacional de Saúde e democratização do ensino parecem ainda oásis, ou, às vezes, apenas miragens... como se a saúde e a educação fossem tão-só e apenas bens de consumo como quaisquer outros, podendo ser assim sujeitos a toda e qualquer regra de mercado neoliberal, privatizados, negociados e tornados em lucro.

Um País onde continuamos a ser em tantas, tantas, mas tantas coisas a cauda envergonhada da Europa, que se quer nova, mas crescida. O País onde os direitos dos trabalhadores, essa imensa praça de gente com alma, muitos ganhos nessa Primavera ida, se vêem agora, sobre a égide de um pacote laboral sem escrúpulos, ameaçados, rotos e escusados, humilhados e ofendidos. Um conjunto de medidas que fragilizam conquistas tão progressistas à época quanto essenciais, como o direito à greve, a contratualização colectiva, a redução e o respeito pelos horários de trabalho.

Vozes do BE: — Muito bem!

A Oradora: — Um pacote laboral que enferma de inconstitucionalidades, que permite contratos a prazo de seis anos, a não reintegração em caso de despedimento ilícito, que alimenta a alienação do trabalho, ao invés de o esculpir na forma da realização individual e do desenvolvimento de todos. O País que menos gasta com os trabalhadores e que ainda lhe carrega nos ombros o insucesso da produtividade como se fossem esses braços esforçados que mapeiam as estratégias empresariais, ou definem as leis e regras de mercado. O País amnésico da alteração radical das relações historicamente injustas e desequilíbrios entre o capital e o trabalho que foi a Revolução de 1974/75.

Que País temos, que País idealizámos. Não será certamente o País que pretende assinalar o aniversário da Revolução com a reforma do sistema político que ainda afasta mais os cidadãos da política e do exercício da sua cidadania.

O País que ambicionamos não é, certamente, o da degradação ambiental, da intolerância e desprotecção aos emigrantes, da intolerância racial, étnica e social, da discriminação da orientação sexual ou de género. O País que queremos não é o reaccionário sobre os direitos das mulheres, que continuam a ser as mais pobres entre os po-

bres, as que mais trabalham e menos ganham e que, sinistramente, ainda nem sequer podem optar por ter, ou não, um filho.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — O mundo e o País a que temos direito é esse outro onde a data não resvala para uma efeméride oca e coquete, onde a política não é demissionista e os cidadãos normalizados, onde a luta, a esperança e a convicção pela liberdade se tece todos os dias e se renova todas as manhãs.

É o mundo de uma globalização outra, alternativa, onde os povos e as gentes, os que nasceram antes e depois do 25 de Abril e na memória dos que já não estão, sai às ruas, às praças, ou até mesmo às rotundas do progresso de postal, clama pelo que lhe é de direito, pelo que lhe pertence. E, senhoras e senhores, o que lhe pertence é, antes de tudo e em primeiro lugar, a liberdade. Essa que se reinventa e refunda agora em todos os continentes e em todas as cores, enquanto que repensamos de novo e para sempre o que é a democracia e a liberdade. Por Timor, esse sim, um Estado conquistado pelo seu povo à geopolítica imperial. Em Seattle, Nice, Montreal, Génova, Florença, Sevilha, em Porto Alegre, aqui, no Rossio, clamando por justiça social e paz mundial, aí e além, em muitas cidades e vilas portuguesas, em muitos olhos que olham e vêm, que não desistem, tal como na aurora que hoje celebramos, a da resistência, insubmissão, pureza e conquista popular contra a censura, a repressão e o absolutismo.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nesta manhã, hoje e no amanhã que sempre volta, queremos a força, a paixão e a iniciativa de há 29 anos atrás. Jorge Luís Borges dizia que o passado reescreve-se no agora. Não nos quedaremos num passado nostálgico, numa narrativa acabada, ou nos iludiremos com conquistas definitivas. Fiéis à memória, iremos disputar a história.

Aplausos do BE, do PCP, de Os Verdes e de Deputados do PS.

Protestos de Deputados do PSD, batendo com as mãos nos tampos das bancadas.

O Sr. Presidente: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro. Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.^{as} e Srs. Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Para muitos de nós, a Revolução de Abril é um daqueles momentos da nossa história em que nos assalta o apelo de saber mais. E, se possível, que esse urgente conhecimento nos permitisse sentir uma espécie de presença, mesmo que breve e ilusória, ali nas ruas daquele tempo. No fundo, fica a indisfarçável vontade de que pudéssemos ter sido também personagens dessa história.

É que, para muitos de nós, para cerca de um terço da população portuguesa, a Revolução dos Cravos aconteceu antes de termos nascido. O que torna ainda mais necessária, cada vez mais necessária, uma pedagogia dos verdadeiros ideais e valores do 25 de Abril.

Na verdade, são por vezes distantes e difusas as imagens que chegam desses dias e dessas horas. São estranhos os silêncios que tantas vezes envolvem esse turbilhão de momentos, actos e rostos. Por vezes, é como se o tempo que nos separa de Abril tivesse passado mais devagar. Raramente, na escola, surge o tempo e o espaço para ler, ouvir e falar sobre o que realmente aconteceu e, mais importante ainda, sobre os porquês e os «para quês» da Revolução dos Cravos. E, entretanto, são muitas e refinadas as formas de confundir, branquear, mistificar o que foi aquele quase meio século de ditadura fascista. E são escassas as expressões de reconhecimento deste Portugal de Abril perante a bravura e a generosidade daqueles que o libertaram.

Daí que seja indispensável reafirmar a nossa homenagem, a nossa comovida e intensa saudação aos militares de Abril, que, há 29 anos, nas palavras do poeta Ary dos Santos, fizeram «nascer um país do ventre duma chaimite».

Aplausos do PCP, do BE, de Os Verdes e de Deputados do PS.

A nossa gratidão nunca será bastante para com aqueles jovens que, de armas na mão, trouxeram a paz a este povo cansado de guerra. E, hoje, como ontem, prevalecem entre os jovens deste País esses ideais humanistas e solidários.

Hoje, exercendo essa liberdade, saem os jovens à rua, erguendo a sua voz em defesa da paz, porque sabem, como nós sabemos, o que a guerra tem para oferecer, com o seu hediondo cortejo de bombas e balas. Disse-o Manuel da Fonseca — «só crime e morte e o sangue derramado» — e nós acrescentamos: e os milhões que correm neste negócio de horror. Assim foi na guerra colonial, assim tem sido no Iraque dos nossos dias.

É este clamor que cresce na voz da juventude e se faz ouvir pelos portugueses de todas as idades. Quem faz assim ouvir o seu grito «Paz sim, guerra não!» está também a defender os ideais da Revolução de Abril, mesmo aqueles que a não viveram. Por isso, afirmamos que a paz, tal como Abril, não se rende! Porque as lutas que travamos prosseguem o caminho de combate e resistência de muitas gerações de portugueses. Homens e mulheres deste País que abriram caminho a esta revolução democrática e nacional e provaram com a sua acção, nos campos e nas fábricas, nas universidades, nos quartéis, que há razões para acreditar e lutar por um mundo melhor. «um mundo possível e feliz (possível porque o sonhamos)», como escreveu na década de 30 o poeta militante José Gomes Ferreira.

Já desta tribuna dissemos muitas vezes que é preciso continuar Abril, aprofundar a democracia, desenvolver as suas múltiplas vertentes.

Mas hoje, ao celebrar estes 29 anos da Revolução de Abril, é preciso denunciar o grave retrocesso democrático que constituem as alterações, ontem aprovadas, à lei dos partidos políticos e à lei do financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais.

Quando se pretende, por lei, obrigar todos os partidos, numa inaceitável ingerência na sua vida interna, a adoptar um modelo único e obrigatório para o seu funcionamento ofende-se a vontade própria, soberana, dos seus militantes e organizações.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Não estão em causa as opiniões sobre a opção de cada partido quanto ao seu funcionamento e organização. O que é ilegítimo é que a lei adopte um desses modelos e rejeite todos os outros.

Os partidos são feitos de homens e mulheres livres, que neles se associam por sua vontade, que, através deles, intervêm na sociedade de acordo com os seus ideais e que têm o direito de decidir como é o partido que querem.

Aplausos do PCP e do BE.

Quando, por lei, se impede que uma essencial fonte de receita de um partido seja a militância, a dedicação, o contributo dos seus membros e apoiantes e ao mesmo tempo se favorece a dependência do Estado e o aumento do despesismo eleitoral dá-se um passo adiante no descrédito da vida política perante os cidadãos.

As razões desse descrédito da vida política não estão nas leis que até aqui têm regulado o funcionamento partidário, estão nas sucessivas promessas não cumpridas; estão na falta de ética e de responsabilidade política; estão nas políticas que aumentam as desigualdades.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — É preciso que todos os que participam neste processo tenham a consciência de que este é um caminho que não serve ao aprofundamento da democracia e que afronta valores essenciais de Abril.

É preciso defender Abril e as suas conquistas. Enfrentar com determinação os «ajustes de contas» que aí estão mal disfarçados de modernice.

Os direitos conquistam-se e defendem-se todos os dias, exercendo-se na prática, combatendo os ataques que lhes são dirigidos. Pois é este o combate que centenas de milhares de homens, de mulheres, de jovens têm feito de Norte a Sul do País.

Estão lutando por Abril os estudantes que não desistem de exigir e defender uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, que seja reconhecida e cumprida como um direito que é! Não como um luxo, não como um favor, e muito menos como um negócio.

O País precisa de inverter este atraso estrutural no seu sistema educativo. E é todo o País que tem a perder quando se cava mais fundo o fosso das desigualdades no acesso à educação. Perante este enorme passo atrás, a determinação e a coragem que os jovens deste país já tantas vezes demonstraram são a razão que temos para acreditar no caminho de luta que é preciso percorrer.

E estão lutando por Abril e pela Democracia todos aqueles que nas ruas, nas empresas, nos seus postos de trabalho combatem os retrocessos sociais e civilizacionais com que são confrontados, e de que é exemplo mais recente o Código do Trabalho, com uma matriz profundamente contrária aos direitos dos trabalhadores e aos princípios da Constituição da República.

Quando estão em causa o emprego com direitos, as liberdades sindicais, a segurança social, estão em causa os valores de Abril.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E para quem se interrogava sobre as razões destes estranhos silêncios sobre a Revolução dos Cravos, sobre as conquistas e os direitos que Abril nos

trouxe, a resposta vai aparecendo, sussurrada, na opressão que se abate sobre quem trabalha.

Por isso, é ainda mais importante e significativa esta consciência crescente, esta unidade que trabalhadoras e trabalhadores, de várias gerações e de tantos ofícios, revelam na resposta a esta escalada de ataques à sua dignidade.

O que alguns chamam com sobranceira de «resistência à mudança» é resistência, sim, mas uma resistência que traz dentro de si uma semente de futuro, uma resistência que teima em não baixar os braços e que, reconhecendo — e recusando — aquilo que é tão velho como a exploração e a tirania, não abdica de aspirar a um futuro melhor.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — A mudança, efectiva e urgente, virá e será concretizada quando cumprirmos Abril e o povo português retomar o seu caminho de aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural num País verdadeiramente livre, soberano, num mundo de paz e de cooperação. A mudança, efectiva e urgente para a juventude e para a população, virá com a defesa e o efectivo respeito pelos direitos fundamentais, na educação, no emprego, na habitação, no ambiente, na cultura, no desporto, na participação.

É esse futuro e é essa mudança que estes jovens estão a construir, quando lutam, resistem e defendem as conquistas de Abril. Por isso, também hoje, temos razões para acreditar no futuro. Assim como, já antes de Abril, o souberam as mulheres do Couço, os vidreiros da Marinha Grande, ou os operários agrícolas do Alentejo, também nós hoje sabemos que vale a pena lutar.

É que, das tantas lições que aprendemos com Abril, há uma ideia que prevalece: por mais categóricos que sejam os que decretam o fim da História, a verdade é que a História prossegue e avança, e a luta continua. A luta de concretizar Abril, os seus ideais de democracia e de liberdade, as suas conquistas de progresso e justiça social.

O futuro será como os povos o construírem. Pela nossa parte, mantemos a convicção e a confiança em que este País saberá construir o seu próprio futuro, defendendo os valores do 25 de Abril. Sempre!

Viva o 25 de Abril!

Aplausos do PCP, do BE, de Os Verdes e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Em representação do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes dos Parlamentos dos países candidatos ao alargamento da União Europeia, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Embaixadores e Embaixadoras, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Chega, hoje, a hora de dar voz, nesta cerimónia, a uma geração que nasceu depois de 1974: a geração da democracia, a geração da liberdade.

Uma geração de jovens para quem a liberdade é quase tão natural como respirar, mas, tal como a respiração, a liberdade é totalmente imprescindível. É em nome dessa li-

berdade que, nascidos em democracia, os jovens de hoje defendem os seus princípios e querem ter direito a fazer as suas escolhas. Recebemos a democracia da geração que nos precedeu, não queremos limitar-nos a passá-la à geração seguinte. Queremos que a democracia tenha sentido e que seja realmente efectiva para todos, sem limitação de tempo ou lugar, de idade ou cor política.

A Sr.^a **Adriana de Aguiar Branco** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Em 25 de Abril de 1974, abriu-se caminho à conquista da liberdade e à instituição da democracia. Esse caminho foi e é um caminho difícil que está longe de estar concluído. O tiro de partida não permite invocar, em exclusivo, a glória da chegada.

Não podemos descansar e achar que tudo está garantido. Tem de partir da juventude a exigência de mais e melhor democracia, de mais e melhor liberdade. Cabe-nos a nós a responsabilidade de lutar por estes valores e de os construir, tornando, assim, real aquilo que para muitos apenas não passou de um sonho.

Homenageamos os que adquiriram um património de liberdade, mas não admitimos que o ponham em causa, nem toleraremos jamais o menosprezo, pouco democrático, em relação aos que, por terem nascido depois, não estiveram nas ruas.

Celebramos, hoje, os primeiros passos de uma Nação rumo à democracia — passos trémulos, difíceis e hesitantes, como são todos os primeiros, mas que valem sempre a pena.

Assegurados os direitos fundamentais e consolidados a prática e o sentir democráticos, nem por isso esta jornada, inevitavelmente imperfeita e desejavelmente inacabada, se encontra livre de perigos.

Na verdade, invocar a democracia é recordar que esta não consente donos, não tolera instrumentalizações e não permite exclusões. Reclamar a propriedade de valores é arrogância. Alegar a paternidade exclusiva de um regime é falta de humildade. Monopolizar uma suposta verdade é totalitarismo de opinião.

Lembrar aos que pretendem ser únicos possuidores e interpretes de tal património que este é de todos e para todos é, além de elementar justiça, um acto de inteligência. As demonizações simplistas, os maniqueísmos de conveniência e as amnésias parcelares são más conselheiras na análise da grande História por nós construída mas que já não nos pertence inteiramente por se encontrar espalhada nas margens dos mares que abrimos, na boca e nos corações daqueles que encontrámos.

Por isso, dizemos ser a História de Portugal demasiado digna para que dela se faça uma leitura canhotá!

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Ao comemorar a democracia não ignoramos as dificuldades, e, se não fosse a vontade firme dos portugueses, a coragem dos militares e a determinação de figuras civis, como Sá Carneiro, Mário Soares e Freitas do Amaral, alguns teriam conduzido Portugal para uma ditadura, ainda que de sentido contrário.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Lembramos, sobretudo, aqueles que em 25 de Novembro de 1975 consolidaram definitivamente o caminho da democracia e da liberdade.

É por isso imperioso que a História de Portugal, ensinada nas nossas escolas, vá realmente ao fundo destas questões. É fundamental que, sabendo o que aconteceu, as gerações mais novas possam perceber o que verdadeiramente custou a liberdade e quem mais lutou por ela.

Pertencem à nova geração de um partido que tem história e sofreu para ter a sua própria liberdade. Muitos foram aqueles que quiseram impedir o CDS de participar no processo democrático português, mas hoje, passados 29 anos, a sua importância é inquestionável, e a prová-lo está a presença na actual maioria que governa Portugal.

Hoje, para que não haja paternalismos deterministas e para demonstrar que a liberdade também se alicerça na tradição, gostaria de homenagear a geração de democratas-cristãos que lutou pela afirmação do CDS e da Juventude Centrista, aqueles que estiveram cercados e com as vidas em perigo no I Congresso do partido, no Palácio de Cristal, na cidade do Porto,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... ou no primeiro comício da Juventude Centrista, no Teatro Municipal São Luís, na cidade de Lisboa. Todos eles foram combatentes da liberdade...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... e têm em Adelino Amaro da Costa o seu exemplo máximo.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Em nome de uma geração, cuja voz é fruto da sua luta, este agradecimento é tão sentido quanto merecido.

Temos hoje um destino a cumprir: derrotado o corporativismo e conquistada a liberdade, há hoje um grande desafio que se põe às novas gerações — o desafio de vencer as novas tiranias sociais.

Estas tiranias são inibitórias de uma intervenção e participação políticas sinceras e sérias.

A tirania do «politicamente correcto», que cria uma espécie de obrigação de só dizer aquilo que, desde logo, será bem aceite pela opinião pública, não pode ser aceite por uma geração que não abdica da sua irreverência e que tenciona exercê-la.

A tirania do mediatismo absoluto, que obrigaria a que a agenda política coincidissem com a agenda da comunicação social.

A tirania do culto do igualitarismo, que insiste em querer tratar de forma igual o que é diferente.

A tirania dos complexos neocolonialistas, que impedem que Portugal tenha uma política clara de cooperação com o mundo lusófono de uma forma livre e sincera.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A teoria da mediocridade, que, impedindo a distinção pelo mérito, acaba por nivelar tudo por baixo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por último, a tirania das minorias, que faz da política uma manta de retalhos de soluções pontuais

para realidades minoritárias, anulando a função principal da política, que é a prossecução do bem comum.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Todas estas novas tiranias devem mobilizar a juventude para a participação política, que é tão útil quanto necessária. Mas esta participação livre e democrática dos mais jovens deve ter mais vectores. É fundamental que se torne a democracia mais participada e a política mais transparente. É fundamental que se introduzam as novas tecnologias, no exercício do direito de voto pelos cidadãos. É necessário que seja fomentado o ensino da ciência política nas nossas escolas, para que os jovens saibam e percebam o que está em causa nas várias soluções políticas que lhes são apresentadas.

Por outro lado, cabe, hoje, saudar a reforma do sistema político, iniciada, há um ano, por iniciativa de Vossa Excelência, Sr. Presidente da República, e realizada por este Parlamento. A transparência no financiamento dos partidos, a responsabilidade a atribuir na gestão das suas contas, ou a limitação dos mandatos são apenas alguns exemplos de um caminho no sentido da credibilização da política e dos políticos.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O adormecimento da juventude é útil para quem se quer refugiar nestas novas limitações da liberdade. Não aceitamos que assim seja, queremos lutar para que a democracia seja mais do que um sistema político, tornando-se numa verdadeira realidade social. Esta, sim, é a realidade social que poderá lançar Portugal numa afirmação plena e futura no mundo globalizado. A necessidade de reafirmar o papel do Portugal livre e democrático no mundo é um dever a cumprir pela juventude.

Para isso, temos de ser os primeiros a lutar, para que, em todo o mundo, todos os povos tenham direito a atingir aquilo que nós conseguimos.

Assim, quero saudar os Srs. Presidentes dos Parla-mentos dos países candidatos ao alargamento da União Europeia, dirigindo-me, em particular, aos Srs. Presidentes dos Parla-mentos dos países que viveram sob o jugo de ditaduras comunistas, e dizer o seguinte: estão, hoje, prestes a conquistar algo que a democracia portuguesa nos permitiu, a integração europeia. A presença de VV. Ex.^{as} prestigia esta Sessão Comemorativa e, com o exemplo dos vossos povos — finalmente libertados! —, inspiram todos aqueles que não abdicaram de considerar a democracia como um bem maior, insusceptível de suspensão, ou revogação, em prol de quaisquer mundividências.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e de Deputados do PS.

Saudamos, ainda, a tenaz afirmação de independência destes Estados, que, se ontem resistiram ao sovietismo e às teses de soberania limitada, enfrentaram ultimamente pressões, ilegítimas, para que abandonassem os seus mais próximos aliados, em benefício de um «pensamento único europeu» feito de «passos invistíveis», visando uma solução institucional imposta para a União Europeia. Mais uma vez, foram exemplo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Com este convívio, que hoje realizamos, reafirmamos a convicção, já profunda e enraizada na nossa gente, de que a democracia é um valor de todos e para todos, insusceptível de restrições geográficas ou particularismos étnicos. Caíram os «muros da vergonha»! Caíram as «cortinas de ferro»! Falta apenas cair o silêncio dos que pactuaram, dos que serviram, dos que louvaram o que por lá se foi passando.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Pela nossa parte, estamos onde sempre estivemos.

Tendo assistido à heróica luta de libertação dos povos e Estados do Leste Europeu, denunciando, desde sempre, a opressão e a vergonhosa tirania comunista a que se encontravam subjugados, é especialmente grato ao CDS-PP saudar e acolher estas nações no seio da Europa da paz, da cooperação e subsidiariedade.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Mas, infelizmente, a vossa vitória, que hoje evocamos, ainda não chegou a todo o mundo. Não podemos deixar de lembrar que, infelizmente, a liberdade e a democracia continuam a não chegar a muitas partes do Globo. É com profunda preocupação que constatamos que, por esse mundo fora, continuam a existir ditaduras sangüinárias e tiranos verdadeiramente selváticos.

Mas não podemos esquecer uma grande vitória dos últimos tempos: caiu uma dessas ditaduras, provavelmente uma das piores. Foi deposto um tirano, que, durante anos, oprimiu o seu povo. Congratulamo-nos com a queda do regime totalitário iraquiano e com o fim da tirania de Saddam Hussein.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Somos daqueles que não temos dúvidas, nem hesitações, em que, para nós, o dia da queda do regime iraquiano foi um dia de alegria. Foi um dia de liberdade!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Mas, nesse mesmo período, outra ditadura reafirmou a sua existência. Tentando aproveitar um certo alheamento mediático, outro tirano, Fidel Castro, e outro regime totalitário, o cubano, lembraram que estamos longe de conseguir o triunfo da liberdade.

Nos últimos tempos, mais uma vez, a ditadura cubana mostrou o seu profundo desprezo pela liberdade de expressão e a brutalidade de um sistema ditatorial inaceitável, lembrando que há prisioneiros políticos e que, de entre estes, os mais felizes podem almejar, no máximo, a sobrevivência.

Não esquecemos estes presos políticos, porque, enquanto nos esquecermos de alguns, não podemos ser todos livres.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Hoje, quando comemoramos a nossa liberdade e a democracia, temos de levantar a nossa voz contra todas as ditaduras que continuam a resistir à con-

sagração de um direito fundamental e universal do Homem, que é o direito à liberdade.

Os jovens de hoje não assistiram às ditaduras atrozadas que proliferaram na Europa do século passado. O fascismo, o nazismo e o comunismo foram responsáveis por limitações da liberdade e por um número de mortes verdadeiramente inaceitáveis.

Aplausos do CDS-PP e do PSD e de Deputados do PS.

Nem assim, calamos a nossa voz; pelo contrário, o caminho faz-se continuando a derrotar as ditaduras. O caminho faz-se provando que, num mundo livre, não há lugar para regimes como o cubano ou o norte-coreano.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Há um desígnio que a juventude de hoje não pode, nem vai, perder de vista: o desígnio de não se deixar enganar. O desígnio de não se deixar adormecer. O desígnio de tornar universal o património de liberdade e democracia que hoje comemoramos.

É esta a nossa luta!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Em representação do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Medeiros Ferreira.

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Excelentíssimos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Não poderei dizer que sou «um filho de Abril».

Risos.

Também penso que seria uma grande ousadia dizer que sou «um pai de Abril».

Risos.

Quanto muito, serei «um dos irmãos mais velhos de Abril», porque Abril sem a luta contra o fascismo e a ditadura não teria tido legitimidade democrática.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Quero também saudar, pela primeira vez nesta Sessão, os Membros do Movimento das Forças Armadas e todos os militares aqui presentes, que, de uma forma, ou de outra, fizeram o 25 de Abril, e são uma das traves mestras do Estado democrático português.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes, de pé, e do PSD.

Celebrar a data de 25 de Abril é convocar, de novo, a esperança entre os portugueses, é, de novo, remar contra o marasmo, é, de novo, sobressaltar os instalados no lado morto das sociedades. É sempre um julgamento do passado, é sempre um desafio ao presente, é sempre uma aposta no futuro.

O 25 de Abril de 1974 foi um movimento político endógeno da sociedade portuguesa num ocidente então instalado na aceitação da coexistência entre ditaduras e democracias. O imobilismo do mapa político confundia-se com a legitimação dos regimes de facto. Os realistas da aparência admitiam, no máximo, «aberturas» e «liberalizações» dos regimes políticos a Leste e a Oeste. O derrube da ditadura naquela data só foi possível pela intervenção decisiva do Movimento das Forças Armadas. Os portugueses foram libertados pelas suas próprias Forças Armadas, perante um ocidente complacente e uma Espanha franquista inquieta.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Ninguém nos pode cobrar a factura da nossa libertação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A liberdade que agora passa de geração em geração quer-se isenta de qualquer pecado original.

Aplausos do PS e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

É verdade que, depois do derrube da ditadura, recebemos vários apoios inesquecíveis para a consolidação do regime democrático pluralista, desde o de alguns países da Comunidade Europeia até ao dos Estados Unidos da América.

E como temos saudades dos Estados Unidos da América que compreenderam, aceitaram e apoiaram a vontade democrática dos portugueses! O Mundo precisa desses Estados Unidos da América de volta. De volta ao apoio aos regimes democráticos assentes na vontade popular. De volta às regras explícitas do direito internacional e ao respeito da Nações Unidas...

Aplausos do PS.

... como lugar geométrico da possível governança mundial nesta era de globalização desregulada e de anarquia crescente. Algum poder público internacional será necessário para o efeito.

São bem inquietantes para Portugal alguns sinais de revisionismo na cena mundial, desde a alteração do mapa político, inclusive na Europa, até à actuação sobranceira ao direito internacional por mais de uma potência. Sobre tudo essa conjugação entre as alterações do mapa político mundial e a sobrançeria perante o direito internacional deve merecer o maior cuidado por parte da República Portuguesa no futuro.

Outra das lições da gestão da crise do Iraque foi tornar evidente que, vistos de Washington, os Estados europeus são praticamente iguais. Os esforços para salientar um directório continental de médias potências não correspondem às actuais exigências de afirmação da União Europeia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É urgente encontrar algum órgão na União Europeia que garanta a igualdade dos Estados-membros na elaboração das suas políticas e das suas normas.

Sem a garantia da igualdade entre os Estados-membros da União Europeia só existem velhas Europas... E nós queremos um outro mundo novo para as próximas gerações, onde a liberdade se conjuga com a dignidade dos povos.

A «opção europeia» da República Portuguesa, tomada pelo I Governo Constitucional, em 1976, da responsabilidade do Partido Socialista, é parte integrante do património do nosso regime democrático. A partir daí, todos os governos incorporaram esse objectivo nacional. Há quase 20 anos que somos um Estado-membro da Comunidade Europeia e sabemos que grande parte do nosso futuro se joga nela. A direita política em Portugal — e viro-me para ela — até parece ter-se afeiçoado a esse quadro integrador. Muitos dos seus opositores mais destacados há anos atrás praticam hoje o «europeu», como diria Aristide Briand, um avô do entendimento continental. Seria muito positivo para a esquerda portuguesa — e viro-me para a esquerda — que outras formações desse vasto e variado campo ideológico, para além do Partido Socialista, se dispusessem a uma maior abertura política perante a União Europeia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Europa que, aliás, está a mudar de paradigma e precisa de novas ideias e novas forças.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O PS queria saudar, agora, muito especialmente, os Presidentes dos Parlamentos nacionais dos países que acabam de aderir à União Europeia.

A vossa presença na Assembleia da República neste dia e neste momento é um testemunho, vivo e generoso, da importância do 25 de Abril de 1974 no desenvolvimento da solidariedade europeia após a queda das ditaduras. É também uma manifestação espontânea da presença dos parlamentos nacionais na política europeia.

Aplausos do PS, do PSD, do CDS-PP e do orador.

Países como os vossos, que se libertaram há cerca de 10 anos de regimes opressores e de um certo tipo de hegemonia internacional assente na tese da soberania limitada, serão certamente intransigentes na defesa das liberdades públicas, das garantias individuais, do modelo social europeu e da igualdade entre os Estados-membros. O PS não espera menos dos países do alargamento.

Srs. Presidentes dos Parlamentos dos países do alargamento, sejam bem-vindos a Portugal neste dia da nossa libertação. Sejam bem-vindos à União Europeia da paz e do desenvolvimento.

E que o alargamento traga uma Europa livre, unida e próspera — da Polónia a Portugal, da Grã-Bretanha a Chipre.

Sr. Presidente da República, V. Ex.^a tem vindo a alertar os responsáveis partidários para a necessidade de se operarem algumas reformas no sistema político. O Partido Socialista respondeu à chamada e há meses que vigora nesta Assembleia uma comissão eventual para esse efeito. Ontem aprovaram-se, mesmo, duas leis sobre os partidos políticos e o seu financiamento.

Esta vontade de reformas políticas preventivas é louvável, se bem que as suas condições de êxito requeiram

uma mudança nos hábitos negociais que se instalaram entre os partidos desde as últimas revisões constitucionais. Sou dos que começam a não acreditar em reformas dignas desse nome sem que a necessidade as dite e sem que o espírito constituinte se sobreponha à mentalidade negocial. Mas o que importa salientar é que a sua preocupação com a reforma atempada do sistema político encontrou eco no Partido Socialista.

O PS tudo fará para melhorar o sistema político desde que encontre os interlocutores certos.

Aplausos do PS.

É certo que convém ter em conta que o nosso regime democrático já tem mais de um quarto de século e algumas aquisições preciosas, como as eleições livres, a credibilidade dos seus resultados eleitorais, a sua representatividade, a robustez do recenseamento, a garantia das liberdades públicas e da independência da justiça. As autonomias insulares dos Açores e da Madeira, a carecer de aprofundamento, dão o seu contributo para o bem-estar e a dignidade de populações secularmente esquecidas, assim como para a própria unidade nacional. Numa eventual revisão constitucional devem os seus poderes legislativos ser reforçados e deve ser respeitada sempre a Lei de Finanças, pois somos um Estado de direito.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Pelo seu lado, as autarquias locais permitem uma mobilização democrática sem paralelo e garantem a realização de obras de fomento graças à aplicação da Lei de Finanças Locais, que o PS respeita e quer que seja respeitada.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Esse respeito e reconhecimento pela importância do poder local no nosso regime democrático dão ao Partido Socialista uma particular autoridade para querer corrigir e aperfeiçoar certos aspectos do funcionamento das autarquias, a começar pela limitação dos mandatos executivos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Porém, no domínio das reformas políticas nem sempre a pressa é boa conselheira, até porque o principal reside na fragilidade do poder democrático perante outros poderes e nalguma má consciência dos detentores de cargos públicos que não se compreende.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Minhas Senhoras e Meus Senhores: Vou concluir. O Partido Socialista está hoje na oposição e o seu comportamento quer-se balizado pela defesa do interesse nacional e pela representação do povo. A nossa primeira preocupação e cuidado dirige-se à defesa dos portugueses mais desprotegidos, aos desabrigados da fortuna, aos seres mais fragilizados da sociedade: as crianças, as mulheres, os idosos, os desempregados. Da violência doméstica à solidão há um mundo soterrado que espera pela luz da intervenção pública e da solidariedade social.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O aumento do desemprego nos últimos meses é impressionante e não é com o pomposo e inconstitucional Código do Trabalho que se resolverá esse problema.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nos últimos meses Portugal foi o país da União Europeia que registou o maior aumento percentual de desempregados e situa-se agora com uma taxa de desemprego de 6,7%, segundo dados do EUROSTAT. Entre Março de 2002 e Março de 2003 passámos de 339 662 para 421 058 desempregados inscritos. Quase 100 000 desempregados num ano. E o investimento público e privado também cai, não permitindo pensar que se trata de uma fase de reconversão passageira nas actividades económicas. A subida do desemprego e a queda do investimento são sombras nestas comemorações.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O PS apoia e promove uma sociedade onde a produtividade apareça como o resultado da boa gestão, da inovação técnica e científica, da educação e da formação profissional. Por isso, o PS apoia todos os esforços empresariais que apostam na modernização da nossa economia e na ultrapassagem do modelo arcaico assente nos baixos salários. Por isso, aplaudimos o Presidente da República Jorge Sampaio quando promove o engenho e a arte e estimula os empreendedores em Portugal. Precisamos de acreditar em nós. Temos uma juventude que encontrou a liberdade na hora certa, como aqui já foi dito. A liberdade de criação não lhe é estrangeira, a liberdade política nunca lhe faltou. Graças ao 25 de Abril de 1974.

Aplausos do PS e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Em relação ao futuro é preferível a agitação de uma democracia franca, inquieta e criadora à estagnação consensual sobre o presente. A amplidão do leque de divergências é mais rica para a qualidade da democracia do que uma justaposição de interesses.

Não há democracia participativa sem democracia representativa das várias correntes de opinião que devem ser estimuladas e não abafadas.

A qualidade da nossa democracia é um desafio para o futuro.

Um regime democrático capaz de se reproduzir com mais qualidade e justiça no futuro é a melhor homenagem que podemos prestar ao 25 de Abril.

Aplausos do PS, de pé, do PCP, do BE e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado José de Matos Correia.

O Sr. José de Matos Correia (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as}

e Srs. Deputados, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Seja-me permitida, em primeiro lugar, uma especial saudação aos Presidentes dos Paramentos dos países que dentro em breve a nós se juntarão na União Europeia. Estamos seguros de que com a sua adesão o projecto europeu sairá reforçado, ao mesmo tempo que se manterá fiel ao princípio fundamental da igualdade dos Estados, em dignidade e em direitos, em que sempre assentou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Há acontecimentos que, por aquilo que representam na história de um povo, têm de ser sempre comemorados, independentemente dos anos — muitos ou poucos — que, entretanto, tenham decorrido. Esse é justamente o caso do 25 de Abril.

Existe em todos nós a predisposição para esquecer ou desvalorizar a relevância daquilo que, a pouco e pouco, se vai perdendo na bruma dos tempos. E, porventura, algo de natural. Algo que nos acontece no dia-a-dia, seja na nossa existência privada, seja na nossa vida pública. Essa é, porém, uma tendência a que temos de saber resistir.

Ao celebrarmos hoje o 29.º aniversário do 25 de Abril não o fazemos por mera inércia.

Fazemo-lo não apenas para recordar o que ele foi, mas sobretudo para celebrar o que continua a ser.

Fazemo-lo, porque não se trata tão só de uma data do passado, mas também de uma realidade do presente.

Fazemo-lo, porque se aqui estamos, representando aqueles que nos elegeram e dando livremente voz à pluralidade de opiniões existente na sociedade portuguesa, tal se fica a dever ao facto de então se ter aberto o caminho da liberdade e da democracia.

Ao longo destes anos foram cometidos erros? Certamente!

Se pudéssemos recuar no tempo e mudar algumas coisas, fã-lo-íamos? Certamente! Mas não invertamos as prioridades, nem tomemos «a nuvem por Juno».

Podemos olhar para trás com orgulho. Valeu a pena fazer o que foi feito.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador:** — Por isso, nos regozijamos que tenha sido com este Governo que, finalmente, tenham sido tomadas as decisões necessárias para fazer justiça aos Capitães de Abril. Pena é que tenha demorado tanto tempo a que isso fosse feito.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A constatação daquilo que já conseguimos desde o 25 de Abril deve funcionar, além do mais, como ponto de partida para a projecção daquilo que desejamos para Portugal e para os portugueses.

Os nossos objectivos são claros: queremos um País mais desenvolvido e mais justo, uma sociedade mais culta e mais solidária.

Para o conseguir, torna-se indispensável definir objectivos, manter um rumo, tomar decisões difíceis, afrontar interesses instalados. Justamente aquilo que tem caracterizado a acção deste Governo, que quero aqui, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, vivamente saudar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Herdando uma situação de extrema gravidade, este Governo foi capaz de pôr fim a anos de inércia e de hesitações, de encarar de frente os problemas, de agir em função do bem comum e não de sondagens conjunturais.

Em apenas um ano reequilibraram-se as contas públicas, iniciaram-se reformas essenciais e tantas vezes adiadadas em áreas como a saúde, a segurança social, a educação, o ensino superior ou a justiça. Recolocou-se Portugal no centro das decisões políticas internacionais.

Este ímpeto reformador, sem paralelo na história da nossa democracia, vai continuar. Estão a ser criadas as condições sustentadas para que o nosso País se aproxime dos níveis de desenvolvimento dos nossos parceiros. Portugal retomou o bom caminho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — Agindo, assim, com coragem e com determinação, está-se também a ser fiel ao espírito do 25 de Abril.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Aprovámos ontem nesta Assembleia um conjunto de decisões relacionadas com aquilo a que se convencionou chamar a reforma do sistema político.

Nesta matéria, o diagnóstico está há muito feito e não vou nele insistir. Trata-se de problemas que afectam a generalidade das democracias e que têm vindo por vezes a dar lugar a preocupantes fenómenos de exclusão e de populismo demagógico.

Reformar o sistema político é, por natureza, uma tarefa inacabada. Há que resistir à ideia de que as decisões adoptadas num determinado momento se podem depois eternizar. Se as sociedades mudam, também o sistema político tem de se saber adaptar.

Importa é que sejamos sempre capazes de distinguir o plano dos valores e o plano das soluções. Aqueles são permanentes; estas podem e devem ser alteradas de acordo com as necessidades.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador:** — Uma preocupação de transparência, uma vontade de modernização e um propósito de responsabilidade. Eis as razões que estão subjacentes à nova lei dos partidos políticos e à nova lei do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

Correspondendo, dessa forma, aos apelos de há um ano do Sr. Presidente da República e do Sr. Primeiro-Ministro, esta Câmara deu um passo importante nas alterações do sistema político e demonstrou, além disso, a sua coragem, a sua capacidade de decidir e a sua profunda vontade de reformar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não faz, evidentemente, sentido partidarizar o mérito destas e de outras decisões ao longo dos anos tomadas em matéria de reforma do sistema político. Seja-nos, contudo, permitido dizer que o PSD se orgulha de, fiel à linha reformista traçada por Francisco Sá Carneiro, ter estado na primeira linha das mudanças determinantes para a evolução da nossa democracia. Assim continuará a ser.

Entre nós é, porém, muito comum a tendência para tomar decisões e depois repousar sobre elas, julgando que os problemas ficam assim resolvidos.

Ora, também em matéria de sistema político há que ter a consciência de que as leis são o pressuposto da reforma, mas não são, só por si, a reforma. Impõe-se, por isso, que sejam aplicadas, que frutifiquem, que realizem os seus objectivos.

O sistema político não é, além disso, uma realidade virtual. É composto por instituições, e as instituições funcionam com base em pessoas concretas.

Não se compreende, por isso, que um certo discurso radicalizado, que visa pôr em causa a política, provenha justamente de alguns políticos. Como não é aceitável que a confusão que ultimamente se tem querido fazer entre o plano da política e o domínio da justiça parta também de alguns políticos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Em política não pode nem deve valer tudo. Em política os fins não podem justificar os meios.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Estou seguro de que, se todos trabalharmos no sentido de fazer da política um exercício responsável, estaremos a dar um contributo inestimável para inverter a perda de prestígio das instituições.

A este respeito, queria saudar vivamente o Governo e V. Ex.^a Sr. Primeiro-Ministro pelo exemplo de prática democrática. Não há memória de um executivo ter comparecido tantas vezes perante esta Assembleia e de ter mantido um tão impecável relacionamento institucional com os outros órgãos de soberania. Mais do que de palavras, a democracia depende de actos. E são comportamentos como o deste Governo que contribuem para a melhoria de qualidade da nossa democracia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Enquanto entre nós se discutem as formas de melhorar o nosso sistema político, países há que têm agora a possibilidade de iniciar o seu caminho para a democracia. Refiro-me, naturalmente, ao Iraque.

Há poucos dias, tivemos ocasião de testemunhar a queda do regime de Saddam Hussein, uma das ditaduras mais bárbaras e sanguinárias do século XX, que durante décadas aterrorizou o seu povo, invadiu países vizinhos, pôs em perigo a paz mundial. É certamente um acontecimento com que os democratas de todo o mundo se devem regozijar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Pena é que alguns surjam sempre mais empenhados em criticar os nossos aliados do que em comemorar a queda do ditador.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Ajudar o povo iraquiano a reconstruir o seu país e a instaurar um sistema democrático e representativo em que todas as etnias, todas as minorias e todas as religiões participem devem ser agora as preocupações centrais.

A reconstrução do Iraque é um projecto de tal envergadura que exige a unidade da comunidade internacional. Valorizamos, muito particularmente, o papel a desempenhar pelas Nações Unidas. Mas não podemos perder tempo com questões semânticas. O que importa é que a ONU assuma uma função de relevo, seja no plano da ajuda humanitária, seja no auxílio à recomposição do tecido político iraquiano.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Portugal, pelo seu lado, deve também marcar presença. Participámos nas diversas fases prévias ao conflito, demos apoio político claro aos nossos aliados, estivemos sempre do lado da liberdade e da democracia.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — A nossa atitude foi ditada, em exclusivo, por razões de princípio. Mas agora, que um novo período se inicia, seria incompreensível que Portugal não continuasse a dar o seu contributo, ajudando à estabilização e à reconstrução política e económica do Iraque.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Estes são, contudo, aspectos de natureza instrumental. O que importa é que, tão cedo quanto possível, os iraquianos tomem plenamente conta do seu futuro e iniciem, em liberdade e em democracia, um ciclo de justiça e de prosperidade.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Não temos hoje, em Portugal, um problema de democracia, há que reconhecê-lo, mas temos ainda um problema de qualidade da democracia, não apenas no domínio político mas igualmente no plano económico e social.

Por isso, melhorar a nossa democracia passa também por proporcionar às pessoas condições de vida cada vez mais favoráveis. Passa por dar às crianças e aos jovens perspectivas de futuro. Passa por estar atento aos problemas dos mais idosos. Passa por garantir a justiça social, acorrendo às necessidades dos mais necessitados e dos mais desprotegidos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Se vencermos estes desafios, estaremos não só a resolver os problemas concretos das pessoas mas também a devolver-lhes a confiança nas instituições e na política. Estou seguro de que, com a coragem e a determinação do actual Primeiro-Ministro, do actual Governo e da actual maioria, é isto que vai suceder.

A bem de Portugal e dos portugueses!

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Ilustres Con-

vidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A IX Legislatura da Assembleia da República foi inaugurada, solenemente, faz hoje um ano, no próprio dia da comemoração do 28.º aniversário da Revolução do 25 de Abril.

Ficou assim bem vincado o nosso compromisso indissolúvel com o ideário democrático e libertador da Revolução dos Cravos.

O rasgo heróico dos Capitães de Abril — cujos representantes emocionadamente saúdo — não é, porém, para ficar gravado apenas, aliás com letras de ouro, nas páginas da História de Portugal.

Todos os que deram o seu contributo, de um modo ou doutro, à luta pela restauração das liberdades públicas e da democracia no nosso País têm obrigação estrita de trabalhar sem descanso em defesa de tais objectivos e para o fortalecimento deles.

Os que tiveram a sorte de encontrar o regime democrático já estabelecido, têm igualmente o dever de participar na afinação do seu funcionamento, para que sirva cada vez melhor os valores e os interesses em que comungam os portugueses e as portuguesas.

O nosso solene encontro anual, no histórico Hemiciclo do Palácio de São Bento, este ano em festejos do centenário da sua construção, não pode pois resumir-se à comovida evocação de fastos pretéritos. É bom aproveitá-lo para reflectir serenamente sobre a saúde e o dinamismo da nossa democracia, face aos problemas, sempre variados, que a comunidade nacional vai defrontando.

Em 2002 celebrámos esta efeméride na presença de um numeroso grupo de jovens, oriundos de vários pontos do País, todos nascidos já depois da Revolução. No dealbar de uma nova legislatura, quando a representação nacional se recompõe e rejuvenesce, impulsionada pela perene juventude da Pátria, em permanente reencarnação ao longo dos séculos — meditámos acerca das riquezas do legado democrático recebido pela «Geração de Abril».

Hoje, os nossos convidados de honra são os presidentes dos parlamentos dos países em processo de adesão à União Europeia, cada um deles chefiando delegações plurais das respectivas câmaras. A todos saúdo, cordialmente, agradecendo, sensibilizado, a resposta pronta e interessada ao meu convite, atento e afectuoso.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE.

Em Lisboa, no extremo ocidental do continente europeu, damos as boas-vindas e acolhemos, calorosamente, os legítimos representantes dos nossos novos parceiros do Centro e Leste — a República Checa, a Eslováquia, a Eslovénia, a Hungria e a Polónia; dos longínquos países bálticos — Letónia, Estónia e Lituânia; dos ainda apenas candidatos — Roménia e Bulgária. Os estados insulares mediterrânicos — Malta e Chipre — por razões de última hora não puderam vir, mas estão presentes em espírito e participam do mesmo abraço solidário.

O alargamento da Europa para mais amplas fronteiras é um grande desafio colectivo, que Portugal tem de enfrentar com denodo. Por minha parte, julgo que devemos encará-lo com sentido positivo. A entrada na União de tantos novos países, quase todos de dimensões próximas das nossas, significa para Portugal a abertura de uma janela de oportunidade.

São óbvias as convergências de interesses e as especiais solidariedades possíveis entre Portugal e os países da nova fronteira da Europa. A recíproca aproximação, o co-

nhecimento mútuo, o diálogo, franco e aberto, não-de dar, a seu tempo, espontaneamente, os desejados frutos, vantajosos para todas as partes.

O nosso primeiro encontro em solo português faz-se em ambiente de festa. Desde logo porque se segue, de bem perto, ao histórico acto de colectiva adesão dos 10 novos Estados-membros, celebrado, nas vésperas da Páscoa, aos pés da Acrópole de Atenas, mítica referência da filosofia e da democracia europeias.

Queremos partilhar com os nossos convidados de honra a alegria e o entusiasmo dos respectivos povos pelas radiosas perspectivas de estabilidade política e de desenvolvimento económico e social, patenteadas pela entrada na União Europeia.

A experiência portuguesa, de transição da ditadura autoritária para uma democracia avançada, do isolamento e do atraso para a plena integração na dinâmica do grande mercado interior, que caracteriza a União, é certamente do maior interesse para os recém-chegados. Estamos dispostos a expor e discutir essa experiência, de boa fé, em atitude solidária.

Por outro lado, apesar das dificuldades sentidas pela sociedade portuguesa, o 25 de Abril é para nós, e será sempre, espero, o Dia da Liberdade — e a liberdade é por si só motivo de jubilosa celebração.

Aplausos gerais.

Da inestimável importância da liberdade têm até talvez, os povos dos Estados-membros da União aqui tão dignamente representados, uma impressão mais viva e forte do que a nossa. Porque sofreram os horrores da II Grande Guerra, a perseguição racista que originou o Holocausto e quase meio século de duríssima opressão soviética — avaliam agora, com um vital apego, as garantias da paz e da segurança, bem como da sua dignidade e independência nacional.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP e do Deputado do BE Luís Fazenda.

Para um tão auspicioso encontro entre altos representantes parlamentares de povos europeus com análogas, dolorosas e enriquecedoras experiências históricas não havia decerto melhor enquadramento do que as festivas celebrações do 25 de Abril, que restituiu a liberdade aos portugueses e às portuguesas, e abriu a Portugal as portas da Europa Unida, democrática e progressista.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O nosso percurso colectivo ao longo do ano 29.º da Era de Abril fica marcado, no plano parlamentar, por uma actividade intensíssima, traduzida em 110 sessões plenárias e mais de 700 reuniões de comissão.

A Assembleia da República debateu, livremente e em salutar confronto democrático, todos os grandes e muitos dos pequenos problemas experimentados pela nossa comunidade nacional.

Mantivemo-nos também atentos às questões que afectam as relações internacionais. As diferentes perspectivas, próprias de uma democracia plural, acerca da paz e da guerra entre as nações, suscitaram aqui discussões muito vivas, com eco alargado na sociedade portuguesa.

Com especial cautela estamos acompanhando o acelerado evoluir das questões europeias. Os nossos representantes na Convenção sobre o Futuro da Europa têm man-

tido com a Assembleia da República, por vias adequadas, uma comunicação constante e nos dois sentidos. O País não pode alhear-se desta temática. Preparam-se modificações importantes, sobre as quais os responsáveis políticos e até o próprio povo soberano não podem deixar de se pronunciar, a seu tempo, responsabilmente.

O Parlamento tem vindo a demonstrar que está fortemente empenhado numa efectiva abertura ao eleitorado. Acolhemos de braços abertos quem nos procurou para expor problemas e pontos de vista; em muitos casos a iniciativa partiu mesmo cá de dentro. Fomos ao encontro da sociedade civil, promovendo oportunidades de diálogo e dispendo-nos a participar em múltiplas organizações dela, fora dos muros da nossa sede oficial.

Reconhecendo a valia das petições dirigidas ao Parlamento, como exercício responsável de cidadania activa, estamos a dar-lhes um tratamento mais exigente e rápido. Para recuperar atrasos verificados nesta matéria, tivemos de fazer autêntica «arqueologia parlamentar», indo retomar petições pendentes de legislaturas anteriores, incluindo a VI e até a V Legislaturas — o que nos fez recuar à década de 80... Quem aborda o Poder espera resposta — e esta, positiva ou negativa, conforme for de justiça e segundo as possibilidades, não deve nunca tardar.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Tornamos acessível, através dos novos meios electrónicos de comunicação, toda a informação sobre o trabalho parlamentar, incluindo a tramitação do processo legislativo e boa parte dos nossos arquivos históricos.

O Canal Parlamento difunde, em directo e em diferido, as sessões plenárias e muitas sessões de comissão. A partir de hoje o respectivo sinal passa a estar disponível na *Internet* — e esta sessão solene é a primeira a poder ser seguida, em qualquer parte do mundo, por tal via. O Sr. Presidente da República teve a gentileza de, a meu pedido, fazer o necessário clique, antes de atravessarmos os Passos Perdidos.

Risos.

O nosso objectivo declarado é fortalecer o Parlamento, como centro do debate político e aproximá-lo dos cidadãos e das cidadãs, assim melhorando a qualidade da nossa democracia. Sem prejuízo da natureza representativa do mandato parlamentar, vinculado à defesa do interesse nacional e à realização do bem comum, abrimo-nos às exigências da democracia participativa, adoptando mesmo mecanismos de interactividade, em relação ao conjunto do Parlamento e a cada um dos seus membros, individualmente.

A Assembleia da República vai assim reformando os seus métodos de funcionamento, na mira da respectiva qualificação. A revisão do Regimento e uma aplicação empenhada das suas regras apontam no mesmo sentido. Os portugueses e as portuguesas têm de se rever no Parlamento, que aliás livremente elegem, convencidos de que nesta Casa se trabalha muito e com rigor, em serviço dos interesses colectivos.

Aplausos do PSD, do CDS-PP, de Deputados do PS e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Nos parlamentos modernos, tão ou mais importante do que a actividade legislativa é a fiscalização do Governo e

da Administração. Novas regras regimentais vieram reforçar apreciavelmente os direitos da oposição, aprofundando e fortalecendo as nossas práticas democráticas. O Governo tem estado sob permanente e apertado escrutínio parlamentar. Por respeito para com a verdade e para honra dele, tem de reconhecer-se a disponibilidade, aliás devida, do Governo para estar presente e debater com o Parlamento, submetendo ao contraditório todas as suas orientações políticas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por outro lado, a Assembleia da República tem procurado esmerar-se na sua intervenção no exterior do País, contribuindo para o aumento da visibilidade do Estado português. Sem menoscabo da competência constitucional do Governo na condução da política externa, o Parlamento tem um papel insubstituível a desempenhar, desde logo no diálogo interparlamentar, que cada vez mais enriquece e facilita as relações internacionais.

Foram aprovados novos regulamentos sobre estas matérias, que estão já a ser aplicados. A prioridade natural é conferida aos países-membros da União Europeia e da NATO. No plano afectivo sobrepõem, porém, os países de língua oficial portuguesa. A recente criação do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, reformulando e ampliando o escopo de valiosa iniciativa anterior — da autoria do meu ilustre antecessor, o Presidente Almeida Santos —, é um primeiro passo para a instituição de uma assembleia parlamentar no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, tendo em vista contribuir para o seu fortalecimento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — A paz em Angola veio abrir novos e promissores horizontes para um desígnio colectivo que se projecta pelos cinco continentes, desde o imenso Brasil ao distante mas sempre presente Timor-Leste, envolvendo centenas de milhões de seres humanos, unidos por se exprimirem e entenderem mediante a bela língua portuguesa.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP, do BE e de Os Verdes.

Sr. Presidente da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Faz hoje um ano foi o Parlamento interpelado pelo Chefe do Estado sobre a urgente necessidade de reforma do sistema político, tendo em vista a sua adaptação aos novos tempos. Secundando a iniciativa presidencial, o Chefe do Governo dirigiu-se-nos por escrito sugerindo a criação de uma comissão eventual para o efeito.

Os trabalhos levados a cabo neste domínio estão já tendo resultados. Aos apelos que lhe foram dirigidos, em correspondência aos evidentes sinais de insatisfação e crítica, provenientes dos mais diversos quadrantes, o Parlamento não fez, desta vez, ouvidos de mercador...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Os diplomas ainda ontem aprovados — sobre organização dos partidos políticos e seu financiamento, direito de petição e iniciativa legislativa de grupos de cidadãos — evidenciam o empenho da

Assembleia da República como agente de mudança e de aperfeiçoamento democrático.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Outros temas estão ainda em estudo e hão-de ter resolução em devido tempo.

Ao longo do que já vai desta 1.^a Sessão Legislativa da IX Legislatura, ao abrigo da Constituição de Abril, num contexto geral de muito trabalho e esforçada melhoria, teremos falhado decerto em um ou outro pormenor. Concretamente, apesar dos muitos avanços já alcançados, falta encontrar o registo adequado para o funcionamento da Assembleia da República, tanto em sessão plenária como nas comissões, perante a nova realidade da transmissão televisiva em directo. Por natural apego às suas praxes ancestrais, os parlamentos, em todo o mundo, resistiram quanto puderam à entrada da televisão nos seus locais de trabalho. São, porém, os cidadãos e as cidadãs que tal exigem, em nome da participação cívica, para acompanhamento da prestação dos eleitos e como defesa face aos excessos simplificadores da mediatização.

Ora, não é possível ignorar que afinal o enquadramento já é outro, continuando a agir nos moldes de antigamente. Agora, as exigências são maiores! Por respeito para com o povo soberano, que é quem nos elege, o Parlamento tem de requintar na promoção da sua dignidade, praticando um elevado padrão de exigência cívica e ética, para depois poder reclamar, com forte autoridade moral, o pleno reconhecimento social dessa mesma dignidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A este respeito, com razão se queixam os membros do Parlamento de não serem reconhecidos, quando não mesmo de serem objectivamente desconsiderados, em actos públicos e até em cerimónias oficiais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — A própria Assembleia da República, no seu conjunto, ainda hoje padece o efeito de preconceitos e regulamentos antiquados, reminiscências do regime autoritário...

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — ... e de muitas décadas de propaganda antiparlamentar,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — ... donde resultou uma insalubre governamentalização do Estado, que quase 30 anos de liberdade e de democracia ainda não conseguiram superar completamente.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP, do BE e de Os Verdes.

Temos muito clara a ordem das nossas prioridades, nas quais naturalmente sobreleva tudo o que diz respeito aos problemas imediatos da comunidade nacional, cujas soluções se procuram através das iniciativas do Governo e dos

membros do Parlamento. Nisso se empenha e continuará empenhando o grosso da nossa actividade.

Mas o quadro institucional da democracia portuguesa e o lugar central do Parlamento dentro dele, com todas as suas consequências, tem de ser também objecto da nossa reflexão e do nosso labor. E mais ainda numa legislatura dotada de poderes constituintes, mesmo que estes, por desnecessidade, não sejam para utilizar com grande amplitude — talvez focalizados apenas em algumas questões pontuais, em concreto o aperfeiçoamento do sistema de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS.

Por triste experiência sabemos bem, nós, portugueses e portuguesas, que não há verdadeiro progresso económico, social, cultural, sem liberdade e sem democracia. É por isso que a Revolução do 25 de Abril se eleva à categoria de verdadeiro marco histórico, referência permanente de modernidade e de futuro.

Também não há liberdade nem democracia sem Parlamento, apesar das suas inegáveis limitações e fragilidades. Daí que este seja o lugar próprio para a reafirmação solene, em cada ano, do nosso apego a tão altos valores, do nosso compromisso em torná-los, passo a passo, cada vez mais, incontroversa realidade, assim contribuindo, eficazmente, para engrandecer Portugal.

Aplausos gerais, tendo o PSD, o CDS-PP e Deputados do PS aplaudido de pé.

Tem a palavra, no uso das suas prerrogativas constitucionais e para dirigir uma mensagem ao Parlamento, o Sr. Presidente da República.

O Sr. Presidente da República (Jorge Sampaio): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Membros do Governo, Srs. Ministros da República para os Açores e para a Madeira, Srs. Deputados, Srs. Presidentes dos Parlamentos dos países candidatos à União Europeia — que saúdo vivamente —, Srs. Embaixadores, Srs. Conselheiros de Estado e mais Autoridades Cívicas, Militares Judiciárias, Ilustres Convidados; Minhas Senhoras e Meus Senhores, Sr. Cardeal Patriarca, Eminência: Em primeiro lugar, quero saudar os Militares de Abril aqui presentes e faço-o de uma forma muito simples que sabem ser profunda. Muito obrigado, Srs. Militares de Abril.

Aplausos gerais.

Minhas senhores e meus senhores, ao renovar as minhas saudações à Assembleia da República, neste Dia da Liberdade em que evocamos a data fundadora do nosso regime democrático, quero partilhar convosco e, na vossa presença, com os portugueses a minha reflexão activa e empenhada sobre a hora presente, que, como todos reconhecemos, se apresenta singularmente difícil, complexa e muito exigente. Mergulhados numa crise internacional, de que compreendemos a gravidade, mas de que mal adivinhamos ainda a extensão das suas consequências e perigos, é como se ela nos expusesse mais às nossas próprias fragilidades e carências, revelando-as por inteiro. Sentimos

que, aos problemas que conhecemos e vivemos, muitos deles há demasiado tempo, se juntam agora novos problemas e novos desafios.

Esta situação, feita de velhos obstáculos e de novas dificuldades, dá-nos a amarga percepção de nos encontrarmos mais vulneráveis e mais indefesos para enfrentar o futuro. E deve dar-nos também a consciência, uma maior e mais aguda consciência plenamente assumida, de que o tempo corre contra nós, de que não o podemos perder, desperdiçar ou ignorar a sua passagem veloz e desafiadora. É nos momentos de crise que tudo se reabre: surgem, certamente, riscos e ameaças, mas também se oferece uma grande oportunidade de, desfazendo ilusões e enganar, nos reencontrarmos verdadeiramente connosco, com a nossa vontade e com a nossa ambição — uma vontade mais estável e uma ambição mais lúcida.

É nos momentos de dificuldade, precisamente, que devemos recusar a facilidade. É nos momentos de desafio que o pessimismo e o fatalismo têm de ser contrariados, quer nas suas faces mais tradicionais, as da resignação e da desistência, quer nas suas faces mais perversas, que são as da desresponsabilização, da incúria, da inércia, do incumprimento e do laxismo. É nos momentos de encruzilhada que é preciso ter a coragem de escolher o caminho, de afirmar responsabilidades, de agir consequentemente, de ir ao fundo dos problemas para os enfrentar e resolver; abandonando de vez aquela atitude que nos leva a falar muito das dificuldades, como se, em vez de falar delas, não tivéssemos o dever de as ultrapassar.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Que fique claro: no plano que ao Presidente da República compete, eu não me excludo, nunca me excludi, de dar um contributo constante e activo à resolução dos problemas. Pelo contrário, é nesse sentido que entendo e pratico a cooperação institucional com todos os outros órgãos de soberania.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É a essa luz que tudo faço para dar maior coesão ao País, estimular as energias da sociedade, mobilizar os portugueses. Mas não há acção política digna desse nome, se não houver metas de exigência e objectivos claros de médio e longo prazo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Compete ao Presidente da República tornar presentes essas metas de exigência e esses grandes objectivos. Compete-lhe também avaliar se se está no bom caminho para os alcançar, pois é nisso que se traduz o desígnio para o País de que o Presidente é portador e em nome da qual foi eleito directamente pelos portugueses.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É fundado neste entendimento da minha função que vos dirijo as palavras de hoje — palavras de preocupação, não vos escondo, mas também palavras de estímulo, de responsabilização e de confiança.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por considerar que são esses os temas que exigem mais atenção na hora presente, vou falar-vos da crise internacional em que vivemos e dos problemas que ela nos põe, enquanto portugueses, europeus e cidadãos de um mundo globalizado; da situação económica e social do nosso país, pois nela se medem os resultados e os méritos das nossas políticas; e, finalmente, do Estado de direito e da necessidade de o aperfeiçoarmos para termos uma democracia de melhor qualidade.

Sr. Presidente, Excelências: Como disse, celebramos o 25 de Abril num momento em que a situação internacional nos motiva novas apreensões, nos põe novos problemas e nos exige novas responsabilidades. O século XXI começou mal, ao não cumprir as expectativas de paz e de progresso humano que o render dos milénios sempre faz nascer no coração dos homens. O terrorismo e a guerra marcaram tragicamente este início. Retiremos ao menos da experiência da tragédia os ensinamentos necessários para que permaneça firme a esperança em dias melhores.

O conflito do Iraque rasgou já parte do mapa de entendimentos, construções jurídicas internacionais e até de alianças estabelecidas após a II Guerra Mundial, pondo a nu a debilidade de organizações e dos seus códigos normativos. Em paralelo, revelou a dificuldade de reajustamento das respectivas estruturas perante a nova distribuição de poder entre os Estados e face aos inéditos problemas políticos, económicos, culturais e religiosos que caracterizam o nosso tempo. Reconhecemo-nos mais vulneráveis, até porque sabemos globais e difusas as novas ameaças decorrentes do terrorismo internacional, da proliferação de armas de destruição maciça, da criminalidade organizada, das crises sociais, culturais e religiosas, do enfraquecimento de diversos valores estruturantes da sociedade e do progresso humano.

Há um sentimento de inquieta precariedade que atravessa países e povos e atinge também Portugal. A esse respeito, a rara amplitude das várias iniciativas pela paz que tiveram lugar no nosso país e a diversidade da sua composição têm um significado político, social e cultural que não pode ser ignorado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Talvez mais do que qualquer crise internacional anterior, aquela que agora vivemos tem suscitado entre nós extensos debates e muitas análises. É esse, devo dizer, um bom sintoma, um sinal de que vivemos numa sociedade viva, democrática, plural e participativa. No mundo global em que vivemos tudo respeita a todos, não devendo nenhum país alhear-se do que acontece e também lhe diz respeito. Para Portugal, é imperativo não se alhear deste processo de múltiplas recomposições da Ordem Internacional que abarcará tanto a ONU como a União Europeia e a OTAN, pois em qualquer delas tem interesses próprios a defender. E, se não o fizermos, outros o farão por nós — e não decerto em nosso benefício.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Os portugueses conhecem a minha posição sobre as condições em que foi lançada a ofensiva militar contra o Iraque. Findo o conflito, derrubada uma odiosa ditadura, esperemos que, a partir de agora, se procure repor e reforçar o papel das Nações Unidas, na consciência de que nunca como hoje foi tão necessária uma regulação das

relações internacionais, assente no respeito do direito, que recuse posições hegemónicas e que recuse decisões unilaterais.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD.

Ao mesmo tempo, importa acautelar que, uma vez estabilizada a situação de segurança e resolvidas as emergências humanitárias, a reconstrução do Iraque — política, civil, física — se processe na mais estrita transparência, tanto de métodos como de finalidades, sob a égide das Nações Unidas, para que a autodeterminação e a rápida normalização do país, protegido na sua integridade territorial, possa ser levada a cabo pelo povo iraquiano. Faço votos de que a paz — tão necessária! — permita, finalmente, um futuro de progresso para este país, ancorado na sua história, nas suas capacidades humanas e nas suas vastas riquezas nacionais.

É esta também a hora em que tudo deve ser feito para pôr termo à situação de permanente conflito entre israelitas e palestinianos, garantindo a estes o Estado a que têm direito e àqueles a segurança do seu viver quotidiano.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Será trágico, nomeadamente para as relações entre o Ocidente e o mundo árabe e muçulmano, se, às ruínas e vítimas da guerra do Iraque, continuarem a somar mais escombros e mais mortos em Nablus e Telavive. Trata-se de uma tarefa inadiável, quer no plano político quer no plano moral.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Devemos, Srs. Deputados, interrogarmos-nos sobre o lugar que pretendemos para Portugal neste mundo em mudança. Ora, na hierarquia dos interesses portugueses é a União Europeia que assume a posição primeira, decisiva e sem paralelo no plano da nossa estratégia externa.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Quero reafirmar aqui tal prioridade, sobretudo neste momento, em que se assiste a uma das recorrentes crispções internas europeias, de antigos ou novos cepticismos.

Tal como em anteriores ocasiões, não é esta a altura para *requiems* apressados. Pelo contrário! E porque nisso estão interesses portugueses fundamentais, para além de uma fundada convicção de projecto, deveremos pugnar para que a União assuma resolutamente esta fase constituinte, para dar um novo fôlego à construção europeia neste dias de crise. Não tenhamos dúvidas: o próximo tratado poderá influenciar em larga medida o nosso futuro colectivo, como portugueses e como europeus. Importará velar pela defesa de um modelo que proteja o método comunitário, o equilíbrio interinstitucional, o princípio da igualdade dos Estados. Um modelo que promova o aprofundamento das políticas de solidariedade e o estabelecimento de um quadro de objectivos que ponham termo à debilidade da sua dimensão política, designadamente no plano da acção externa e de defesa, cuja frágil expressão vem hipotecando a capacidade da União de agir como actor global e de cumprir as suas indeclináveis responsabilidades internacionais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Um modelo que reafirme e consolide os valores e objectivos comuns que têm inspirado esta comunidade de destino, a saber: a defesa dos direitos fundamentais, a democracia, o direito, a justiça social, a solidariedade, a igualdade. Um modelo que estabeleça uma mais próxima relação com os cidadãos, procurando dar respostas às suas crescentes inquietações e expectativas, única forma de criar essa ligação afectiva que está na base do cimento de qualquer comunidade. Uma Europa consolidada por um continuado desenvolvimento das suas políticas comuns, com mais coesão económica e social, com mais capacidade competitiva, como aponta a Estratégia de Lisboa. Importa ainda garantir um melhor espaço de segurança para os cidadãos que nela vivem, o qual, sem dano para os valores essenciais de liberdade, salvegarde o progresso da abolição das fronteiras internas através de uma reforçada cooperação policial e judiciária, de um sistema integrado de vigilância das fronteiras externas, ou de uma realista aproximação do direito penal europeu.

Reitero a nossa convicção europeísta e quero saudar com esperança os 10 novos países, aqui tão bem representados, que se juntaram a nós há pouco neste grande projecto comum. Reitero esta convicção não apenas para recordar uma conhecida posição pessoal mas para reafirmar o que, desde os anos 80, constitui um património político do Estado português. Sublinho-a, porque a participação activa de Portugal no actual momento de construção europeia deverá mostrar aos nossos parceiros que a opção da Europa é um desígnio nacional maioritariamente assumido.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É nesta comunidade de destino que encontramos os necessários apoios, mecanismos e solidariedades políticas para garantirmos a modernização do País, defendermos o progresso económico e social e alargarmos a nossa capacidade de projecção externa, nomeadamente em áreas da tradicional presença portuguesa.

Sr. Presidente, Excelências, Srs. Deputados (que também são Excelências, naturalmente!):...

Risos.

... A crise do Iraque decerto obrigará a reequacionar o papel da Aliança Atlântica, suscitando, porventura, decisões delicadas sobre a extensão das responsabilidades geográficas de uma diferente OTAN. A Aliança Atlântica continua, porém, a desempenhar um papel central no quadro da defesa e segurança da Europa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É uma aliança antes de mais defensiva, com um papel importante na manutenção da paz e da segurança internacionais, que deve ser cumprido com a crescente colaboração da União Europeia. A Aliança Atlântica não é, no entanto, uma caixa de ferramentas que possamos utilizar em qualquer circunstância sob pena de podermos minar a sua solidez.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A União Europeia deve assumir, em articulação com a OTAN, crescentes responsabilidades no domínio da defesa, em particular nas tarefas de manutenção da paz e da segurança no nosso continente. É importante que sejam fixados novos objectivos concretos à política de defesa europeia. Não se trata apenas de colmatar conhecidas lacunas. Trata-se, também, de definir um projecto que permita à União progredir gradualmente, com passos firmes, em direcção a uma capacidade autónoma de defesa que melhor garanta a paz.

Repito: a União Europeia não pode falhar este seu encontro com a História. Os problemas decorrentes da presente conjuntura geopolítica colocam aos responsáveis europeus uma escolha, a meu ver, muito clara: ou dotar a União de objectivos e instrumentos que lhe confirmem uma efectiva capacidade de influência diplomática global, ou confiná-la a um estatuto simplesmente regional.

Ora, o progresso, a estabilidade, o equilíbrio do mundo necessitam de uma União Europeia forte, sustentada por instituições sólidas, uma Europa reforçada por um indispensável pensamento estratégico que aproveite as várias experiências nacionais para lançar as bases de uma diplomacia externa interventiva, respaldada por uma adequada política de defesa.

Aplausos do PSD e do PS.

É, aliás, possível — e os debates na Convenção parecem mostrá-lo, e quero saudar os Srs. Deputados que representam tão dignamente este Parlamento na Convenção Europeia — elaborar programas comuns que permitam agir com eficácia na gestão de crises, na prevenção de conflitos, na estabilização de situações. Sem atropelos de competências com a OTAN, mas antes melhorando colaborações e entendimentos, seria erro não aproveitar este momento de renovação do Tratado para finalmente se lançarem as bases adequadas de uma política comum de defesa, sustentada por um roteiro de objectivos e instrumentos (a sempre anunciada agência de armamentos seria um primeiro sinal concreto) que favoreçam o estabelecimento de capacidades militares autónomas, designadamente no campo da projecção de forças ou no domínio da informação, indispensáveis para agir e, sobretudo, indispensáveis para se ser credível.

Pretendemos uma Europa que não se esgote, no plano da sua política externa, na insuficiência declaratória e reactiva. Há, por isso, que assentá-la numa diferente vontade política que saiba identificar os interesses estratégicos europeus e adoptar os métodos para os cumprir.

Nenhum Estado-nação poderá isoladamente fazer face à globalização dos problemas e aos desafios diversificados que dela decorrem. Portugal, país tradicionalmente aberto ao exterior e dele retirando garantias de independência, deverá assim saber, sem angelismos e com determinação, assegurar a sua presença nos núcleos avançados de decisão que tenderão a formar-se na futura Europa alargada.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em democracia, deve haver uma avaliação permanente do interesse nacional que não é propriedade exclusiva de ninguém. Repito: não é propriedade exclusiva de ninguém!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sem essa avaliação, os compromissos são ociosos e superficiais. Mas isto não obsta a reconhecermos que a capacidade de acção internacional do Estado se reforça com a solidez e autenticidade dos consensos internos sobre as políticas externas, justificando o nosso empenho colectivo para definir linhas de orientação coerentes e duradouras.

Aplausos do PSD e do PS.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Falo-vos, agora, da situação económica e financeira do País. O actual abrandamento da economia portuguesa veio dar destaque a problemas estruturais há muito diagnosticados e revelou novas vulnerabilidades, resultantes, em parte, da dificuldade em lidar com a intensificação da concorrência em mercados cada vez mais globalizados. A palavra «deslocalização» — pronunciada como se de uma fatalidade se tratasse — é cada vez mais utilizada para justificar o despedimento, sem pré-aviso, nem justa causa, de milhares de pessoas, e não raramente somos convidados a um encolher de ombros perante a situação, com o argumento de que tudo não passa de um efeito da globalização, também ela inevitável, também ela irreversível.

Reconhecer os problemas não significa, muito pelo contrário, abdicar de pensar em meios adequados para os enfrentar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Alguns desses meios continuam a situar-se no quadro das políticas económicas e sociais de âmbito eminentemente nacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — No contexto internacional, julgo francamente, que só uma perspectiva assumidamente reformista pode ser uma via possível de abordagem deste problema, que exige mais cooperação e mais regulação à escala supranacional. Regulação ao nível dos mercados financeiros, para combater excessos especulativos que, quando entregues a si mesmos, podem penalizar, definitiva ou injustamente, também grupos sociais e povos já desfavorecidos;...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... regulação ao nível dos sistemas e mercados de emprego, pondo fim a velhas e novas formas de exploração do trabalho contrárias à dignidade humana; regulação ao nível de equilíbrios ambientais que salvaguardem interesses vitais das gerações futuras; regulação ao nível dos fluxos informacionais, tentando evitar que o seu potencial universalista seja posto ao serviço da força bruta e de interesses particulares ilegítimos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Portugal, uma pequena economia aberta, tem interesse directo em participar activamente em todas as iniciativas que contribuam para regular as relações económicas internacionais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E, desde logo, a nível europeu, lutando para que se aperfeiçoem e concretizem princípios e normas impeditivos de manifestações brutais de desregulação como as que permitem transferir, de um dia para o outro, recursos e postos de trabalho — tantas vezes criados com apoios comunitários — de países onde vigoram direitos sociais duramente conquistados para países onde tais direitos continuam a ser negados às respectivas populações.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP, do BE e de Os Verdes.

Sem essa regulação e sem essas regras, é um mundo sem lei que estamos a construir — e, como a história nos ensina, isso é abrir a porta a todos os perigos e a todas as ameaças.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A década de 80 do século que há pouco findou ficou marcada, em muitos países da Europa Ocidental, por concepções e políticas defensoras de um recuo generalizado da presença do Estado na vida económica e social, apresentado, então, como uma nova receita infalível ou um novo dogma, que se apresentava em oposição ao dogma da estatização.

O tempo correu e a avaliação dos vários efeitos negativos de tal orientação sobre as condições de equidade e protecção sociais suscitou, ao longo do decénio passado, uma inflexão da acção política no sentido de assegurar que a transferência para a gestão privada de actividades antes confiada ao Estado decorresse no quadro de regras públicas respeitadoras do interesse geral das populações.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A questão está na ordem do dia em Portugal e é, e continuará a ser, de decisiva importância no futuro do desenvolvimento português e nas suas características fundamentais. Aceita-se que, por razões de eficiência económica e de controlo da despesa pública, haja uma redução do papel prestador do Estado; mas também se sustenta que continue a pertencer ao Estado, através de códigos de regulação devidamente explicitados e de uma acção fiscalizadora eficaz, a responsabilidade última pela defesa do interesse geral.

Aplausos do PSD e do PS.

Tenho defendido ser crucial que a transferência de algumas funções do Estado para privados seja conduzida segundo princípios definidos com transparência e de acordo com procedimentos tecnicamente fundamentados e testados com o rigor e a seriedade requeridos pela defesa do interesse público. Entendo que, se assim não acontecer, é grande o risco de essa transferência vir a gerar custos sociais e económicos altamente gravosos, sobretudo para as populações mais frágeis, ainda que, no curto prazo, ela permita alcançar ganhos financeiros e políticos apetecíveis.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Foi esta a perspectiva que adoptei ao apreciar o diploma, recente, sobre a rede de cuidados de saúde primários, o qual só entrará em vigor, por determinação do Governo, quando for aprovada a criação de uma entidade reguladora que enquadre a participação dos operadores privados e sociais no âmbito da prestação de serviços públicos.

Aplausos do PSD e do PS.

Parece-me, por outro lado, indispensável que a Administração Pública se abra à inovação de forma a responder às expectativas dos cidadãos e a garantir que o interesse público seja salvaguardado. De facto, nesta progressiva alteração das funções tradicionais do Estado, ou a Administração Pública incorpora novos saberes e novas tecnologias e reforça valores fundamentais como a confiança, a responsabilidade, a imparcialidade, o profissionalismo e a qualidade na sua relação com o indivíduo, a sociedade e o mercado, ou, não o fazendo, a sua falta de capacidade reguladora trará consigo novas e mais dramáticas injustiças, ficando o Estado dependente de interesses privados ou sectoriais, quase sempre não coincidentes com o interesse público.

Aplausos do PSD e do PS.

No tempo actual, aos governos não se colocam apenas os desafios decorrentes da necessidade de aperfeiçoamento das funções de intervenção reguladora do Estado. Aos governos, hoje, pede-se mais e pede-se melhor. Pede-se que seja capaz de uma visão estratégica de longo prazo e da capacidade de acção correspondente. Posto perante lógicas de mercado, em grande parte não reguladas e que cada vez mais ultrapassam as fronteiras nacionais, não pode o Estado — sobretudo em sociedades com múltiplas fragilidades estruturais, como é o nosso caso — abdicar de uma ambição forte,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... quer em matéria de reposicionamento estratégico da economia nacional, quer em matéria de construção de uma rede sustentada de protecção social para os cidadãos mais vulneráveis.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Factos recentes da nossa vida colectiva, como os que se têm traduzido por um acréscimo repentino do desemprego, são bem reveladores das responsabilidades e exigências estratégicas que, nos dois eixos enunciados, se colocam às políticas públicas. Começo pelo segundo.

É indispensável estabilizar patamares generalizados de protecção dos cidadãos, de forma a prevenir e atenuar, tanto quanto possível, quer o sofrimento das pessoas mais expostas aos riscos quer os próprios níveis de conflitualidade social. Nada menos aconselhável a este respeito do que provocar roturas forçadas em relação a consensos laboriosamente conseguidos ou a políticas anteriores testadas com êxito — o assunto é demasiado delicado para se compadecer com demarcações ideológicas excessivas ou com experimentalismos de eficácia duvidosa, como se, para inovar em política, tudo tives-

se sempre de ser mudado ou tivesse de recomeçar do zero.

Aplausos do PSD, do PS e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Quanto à intervenção estratégica do Estado, esta tem de começar por exigir uma antecipação prudente dos cenários dentro dos quais se poderá processar o desenvolvimento empresarial e a criação de emprego no País. Garantir condições para o incremento da competitividade ou para a reestruturação atempada de certos sectores de actividade especialmente expostos à concorrência externa não pode ser considerado, como alguns ideólogos da não-intervenção sugerem, como uma intrusão desnecessária e pernicioso do Estado na vida económica.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em Países da União Europeia com estruturas produtivas bem mais sólidas do que as nossas, esse tipo de actuação é correntemente assumido de forma descomplexada, com visíveis vantagens.

É inquestionável para mim que o Estado deve intervir em domínios tais como o do incentivo e apoio à inovação tecnológica e à formação continuada de recursos humanos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Com graves défices acumulados nesta matéria, custa a aceitar que sejam tão tímidos ainda os resultados obtidos. Como também não se compreende que os esforços feitos por sucessivos governos na definição do quadro institucional enquadrador deste tipo de intervenção possam ser postos em causa sempre que ocorre uma mudança política.

Aplausos do PSD e do PS.

Mais uma vez insisto nas vantagens para Portugal de uma cultura de continuidade e amadurecimento relativamente a uma cultura da demarcação, tantas vezes meramente artificial, nominalista e quase ritual.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Isto é tanto mais de sublinhar quando, muitas vezes e infelizmente, o que tem continuidade são apenas as más práticas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Mudar o estado actual da economia portuguesa é um desafio incontornável e urgente. Vivemos não apenas uma mera crise conjuntural, agravada pela situação internacional, mas também uma crise estrutural, que se reflecte nos défices acumulados da balança de transacções e no substancial aumento do endividamento externo do País. Temos de encarar de frente e com determinação os problemas de fundo da economia portuguesa, olhando menos para o passado e, sobretudo, mais para o futuro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A retoma da economia portuguesa, para ser sustentada, tem de assentar, primeiro, na confiança dos portugueses, depois, e ao mesmo tempo de preferência, num projecto mobilizador e em boas políticas públicas.

Aplausos do PSD e do PS.

A necessidade de controlar as finanças públicas — condição da nossa credibilidade externa — é uma obrigação...

Aplausos de Deputados do PSD.

... fundamental que requer medidas estruturais e não se faz apenas com medidas excepcionais irrepetíveis...

Aplausos do PS e do BE.

... nem com uma redução aparente do défice público. Mas esta exigência incontornável de consolidação orçamental duradoura não pode fazer esquecer a preocupação com a grave estagnação da actividade económica e com o aumento do desemprego.

Aplausos do PS e de Deputados do PSD.

É por isso que a política económica global não pode estar só centrada nas finanças públicas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Tem de dar corpo a uma estratégia de desenvolvimento económico e social capaz de assegurar o investimento, de construir uma economia mais competitiva e uma sociedade mais solidária.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O saldo orçamental é um instrumento e uma responsabilidade fundamentais, mas não é o objectivo final da política económica.

Aplausos do PSD, do PS e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Temos todos de reconhecer que a margem de manobra da política orçamental é relativamente estreita, mas é possível alargá-la através, por exemplo, da reforma da Administração Pública, do combate à evasão fiscal e do recurso a parcerias entre os sectores público e privado.

Aplausos de Deputados do PSD.

É indispensável reformar a Administração Pública, não só para racionalizar e controlar a despesa mas também para aumentar a eficiência da economia e o bem-estar dos cidadãos. Não reformaremos, porém, a Administração Pública enunciando apenas a sua necessidade. É preciso ir sempre alterando e corrigindo o que está mal; muitas vezes, até nem são precisas grandes alterações legislativas.

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Muito bem!

O Orador: — Se, por exemplo, os padrões de competência profissional prevalecessem, nas nomeações e promoções, sobre quaisquer outros e se as remunerações re-

flectissem o mérito no desempenho das funções, estaríamos certamente a melhorar, de forma significativa, a eficiência e qualidade.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS-PP e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Como tenho incessantemente repetido, a luta contra a fuga ao fisco também é fundamental, quer para aumentar a base tributária e as receitas fiscais, quer para impedir o sentimento de injustiça provocado pela evasão fiscal, um sentimento que corrói o comportamento cívico dos cidadãos e enfraquece a coesão nacional ao não assegurar o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei. O combate à evasão e fraude fiscais tem de ser prosseguido sem contempações.

Vozes do PSD e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Esse combate, é certo, cabe antes de mais ao Governo. Mas os cidadãos também podem e devem colaborar, cumprindo os seus deveres e exigindo aos outros que também os cumpram.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Resolução da Assembleia da República sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento para o período 2003-2006, aprovada aqui no início do ano, define orientações úteis e importantes para a solução do problema orçamental assente numa programação financeira plurianual e no contexto de uma estratégia de desenvolvimento económico e social a médio prazo. Essas recomendações, julgo, não podem ficar como simples intenções.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Têm de ter consequências, quanto mais não seja, porque são necessárias para a solução dos problemas económicos e sociais do País. E ninguém melhor do que os Srs. Deputados — todos os Srs. Deputados! — para tirar as consequências das referidas recomendações, quer porque as mesmas foram aprovadas nesta Câmara, nas condições que conhecemos, e bem!, quer porque em parte respeitam a matéria da competência exclusiva da Assembleia da República.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O debate de política geral sobre a orientação da despesa pública, previsto, na Lei da Estabilidade Orçamental, para o próximo mês, será uma boa ocasião para centrar a discussão parlamentar nestas questões tão importantes e começar a dar corpo às exigentes recomendações da Resolução.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Estou certo de que os Srs. Deputados — todos os Srs. Deputados! — aproveitarão a oportunidade para discutir a fundo, e, sobretudo, numa perspectiva de médio prazo, a política económica e financeira de Portugal. Seria igualmente importante que essa política, ou algumas das suas componentes, pudesse beneficiar como a Reso-

lução pôde, de uma base de apoio alargada. Seria um bom serviço prestado ao futuro de Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas como já disse, o problema orçamental da economia portuguesa, merecendo embora — e não me canso de o repetir — exigente e necessária atenção, não é o único. Há mais vida para além do Orçamento.

Aplausos do PS, do BE e de Deputados do PSD.

A economia é mais do que finanças públicas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O aumento do investimento, da produtividade e da competitividade da economia portuguesa é fundamental para o nosso futuro e requer o esforço continuado e empenhado de todos — ninguém pode ficar de fora deste esforço: governantes, empresários e trabalhadores.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Uma economia competitiva não é a que se baseia em baixos salários mas, sim, a que dispõe de um sistema produtivo moderno, inovador e tecnologicamente avançado, capaz de produzir bens e serviços de qualidade e bem valorizados nos mercados internacionais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Foi isto que quis sublinhar com a jornada que estou a realizar sobre a Inovação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Temos de ter uma mão-de-obra mais instruída e qualificada para poder desempenhar tarefas mais sofisticadas e produzir bens e serviços com mais valor acrescentado. A produtividade também depende da inovação em sentido amplo, designadamente na organização do trabalho, na diferenciação e qualidade dos produtos e na estratégia de comercialização. Repito: o que conta não é a mão-de-obra barata mas, sim, a qualificação dos recursos humanos, a sua cultura e formação técnica.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos de continuar, por isso, por muitos anos, a investir sempre nas pessoas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Este é o nosso maior desafio. É uma responsabilidade do Estado, mas também das próprias pessoas, a quem se apela e se pede uma vontade permanente para aprender ao longo da vida, e das empresas e restantes organizações, que não devem descurar a valorização do seu activo mais precioso: aqueles, precisamente, que nelas trabalham. A nossa educação tem de ter mais qualidade e produzir novas respostas à mudança dos nossos tempos. É indispensável que todos os cidadãos e profissionais

possuam uma maior cultura científica e tecnológica sem a qual não se pode compreender o mundo em que vivemos e, muito menos, nele actuar conscientemente. Só assim poderemos fazer da Sociedade de Informação uma sociedade onde, efectivamente, todos tenham livre acesso ao conhecimento e à comunicação.

Podemos registar como um bom sinal a visibilidade que a ciência já alcançou em Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Temos de continuar particularmente atentos a esta questão, para que os ganhos conquistados se consolidem e não possam vir a ser postos em causa,...

Vozes do PS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... pois é indispensável que sirvam para o lançamento de políticas dinâmicas de educação e de inovação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Demos passos consideráveis em pouco mais de uma década, mas ainda, como todos sabemos, temos um longo caminho a percorrer. E se, destes dias, retiro uma lição, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é a de que é aqui, precisamente, que se joga o futuro de Portugal.

Vozes do PSD e do PS: — Muito bem!

O Orador: — O papel dos empresários é também, e como é óbvio, fundamental para aumentar a produtividade e a competitividade da economia.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, precisamos de mais e melhores empresários. Precisamos de empresários com visão estratégica, com espírito de liderança e com capacidade de organização e de gestão das empresas. Precisamos de empresários inovadores nos produtos e nos processos de fabrico, capazes de organizarem e motivarem os trabalhadores. Só empresas inovadoras, tecnologicamente avançadas e eficientes podem pagar salários que se vão aproximando dos níveis europeus e permanecerem suficientemente competitivas no mercado global. Precisamos também de empresas e empresários que assumam a responsabilidade social que lhes compete prestando a devida atenção às questões do desenvolvimento sustentável, nomeadamente ao ambiente e à coesão social, e cultivando uma atitude ética, socialmente responsável, nas relações com os trabalhadores e com a sociedade em geral.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Precisamos de empresas economicamente competitivas, financeiramente sólidas e com accionistas e gestores com visão. Só assim poderemos preservar o controlo de centros de decisão estratégica para a nossa economia. Essa é uma tarefa que cabe, como é natural, primordialmente às empresas e um desafio à sua capacidade para estabelecerem as parcerias necessárias. Todavia, as regras do jogo da economia de mercado não são apenas estritamente económicas e o Estado não pode alhear-se da questão dos centros de decisão, recorrendo a instrumentos como a política de privatizações ou a gestão das suas participações sociais. Onde seja estratégico assegurar uma

presença nacional relevante, deverá manter-se uma participação pública, ainda que como simples ou mero catalisador das parcerias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Estado não deve ter vergonha em manter empresas com capital maioritariamente público; deve é dotar-se de instrumentos adequados para a sua gestão.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Seria prova de ingenuidade ou incúria se a questão dos centros de decisão não fosse tida em conta na condução da política económica, como, aliás, tem estado a acontecer, tão claramente, em muitos dos nossos parceiros da União Europeia. Porém, o Estado tem de distinguir bem entre interesses particulares, nos quais não se deve envolver, e interesse nacional, que lhe cabe defender.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nesta perspectiva, qualquer tomada de posição ou actuação do Governo não pode ser feita à custa da eficiência económica e do interesse dos consumidores, nem à margem da economia aberta em que nos inserimos.

Aplausos de Deputados do PS.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Excelências: Há mais de duas décadas que a expressão «reformas estruturais» domina o léxico político português e a generalidade dos programas de governo. Algumas se fizeram e muitas outras ficaram por fazer, ou pararam a meio. Feitas as contas, a sensação que fica é a de que não tem existido nem uma hierarquia de prioridades clara que ordene a sequência dessas reformas nem uma determinação política suficiente, para realizar, de forma profunda, consequente e constante, aquelas que são as mais difíceis de fazer.

Hoje, torna-se evidente que, entre os factores que debilitam a nossa capacidade de reagir a conjunturas adversas, avultam a insuficiente eficácia da administração de um Estado centralista e burocrático, as vicissitudes da reforma do sistema político, as graves consequências provocadas pelos problemas acumulados na administração da justiça e uma insuficiente conceptualização dos papéis regulador e fiscalizador do Estado. Não são incidentes de percurso que nos devem distrair da necessidade de se prosseguirem os esforços de reforma do sistema político. Esta exige um trabalho permanente, progressivo, persistente.

A Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político tem desenvolvido uma importantíssima acção e quero saudá-la por isso, desde o seu Presidente a todos os Srs. Deputados, que, durante estes meses, tanto trabalharam para o progresso das coisas.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

O caminho já percorrido permite-nos esperar novos e mais consensualizados desenvolvimentos neste domínio, tão decisivo para a credibilidade da democracia portuguesa. A qualidade da nossa democracia depende, em larga medida — repito, em larga medida —, da nossa capacidade para renovar o contrato entre o Estado de direito e os cidadãos.

aumentando a eficácia e a credibilidade do primeiro e a confiança e a participação dos segundos.

A democracia, para se revitalizar, precisa de sangue novo. A vivência democrática não deve ser confundida com consensos artificiais, ou com o desempenho meramente burocrático, ou, pior ainda, autista, dos mandatos representativos,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... de que só poderiam resultar um maior afastamento entre cidadãos e eleitos e um esvaziamento das virtualidades regeneradoras próprias do regime democrático.

O confronto vivo e clarificador de políticas alternativas e de programas de governo é essencial à sobrevivência e autenticidade da vida política em democracia. O que nos deve preocupar não é a diferença de posições, ou a existência fortemente assumida de divergências mas, antes, o perigo de vermos o debate político reduzido apenas a confrontações sobre o que é acessório ou mediaticamente compensador no curto prazo.

Aplausos do PSD e do PS.

A vitalidade da democracia exige, por outro lado, uma atitude de cooperação institucional que passa, em primeiro lugar, por uma compreensão rigorosa das funções que cabem a cada um, mas também por uma assunção plena das responsabilidades próprias. Os acontecimentos mais recentes, no plano internacional, e as dificuldades que atravessamos, no plano interno, fizeram subir o tom do debate político. Nada há, nisso, de dramático, desde que saibamos, todos, centrar a discussão sobre o que é essencial para os interesses dos portugueses e para a posição de Portugal na Europa e no Mundo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nesta encruzilhada de problemas e desafios que se põem à nossa democracia, a questão da justiça continua a ser motivo de grave preocupação e exigência inadiável de uma modernidade que tarda. Sem um sistema de administração de justiça que funcione eficazmente, não é apenas a segurança nas ruas e a paz social que estão em causa, é a credibilidade e a qualidade da democracia e é toda a vida colectiva, desde o desenvolvimento económico e social à transparência do exercício dos poderes públicos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É a democracia e a sua prática quotidiana que devem firmar a ideia de que ninguém está acima da lei.

Vozes do PS e do Deputado do BE João Teixeira Lopes: — Muito bem!

O Orador: — É este princípio que torna incompreensível que, por exemplo, em matéria de corrupção e de evasão fiscal, continuem por tratar, com a eficácia necessária, as questões relativas ao sigilo bancário e ao cruzamento de informação, com a inadmissível impunidade que daí decorre.

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Esta omissão é tanto mais grave quanto continuam a não ser tomadas, com carácter de permanência, iniciativas de investigação e de fiscalização generalizadas, que desencorajem os corruptos e os faltosos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas é preciso também, Sr. Presidente e Srs. Deputados — e digo-o como quem fez carreira e vida profissional nesse ambiente —, que os tribunais estejam aptos a responder, em tempo, aos resultados da investigação e da fiscalização. São conhecidas as carências neste domínio. Há hoje uma generalizada consciência das dificuldades existentes, que atravessam todo o sistema; e estão em curso iniciativas, como é o caso do anunciado Congresso da Justiça de que se espera — e eu espero! — um impulso renovador e partilhado. Nada, todavia, se fará de duradouramente eficaz se agentes políticos, magistrados e advogados continuarem a tratar das questões da justiça em circuito fechado e não correrem o risco de abrir o debate da justiça às disciplinas que com ela se relacionam, por muito que isso possa pôr em causa rotinas e poderes instalados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — As experiências, frutuosas, em tempos iniciadas, não devem, por isso, desaparecer.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Outro tema que tem merecido a minha atenção — e é uma exigência do nosso Estado democrático, porque o considero vital para o nosso futuro — é o da descentralização. Nas últimas décadas, os territórios ganharam novas e inesperadas competências: ensino e cultura, informação e comunicação, saúde, desporto, emprego, transportes. O processo desta mudança não está terminado. Dirão muitos, entre os quais me incluo, que precisa de ser aprofundado. Mas paralelamente, enfrenta hoje um desafio complexo. Primeiro, o de garantir em todos eles o princípio da igualdade de oportunidades; isto é, o princípio da equidade territorial. Segundo, o de promover uma boa articulação entre os diversos níveis de competências territoriais, através de uma eficaz descentralização administrativa, que é necessário retomar, e do necessário controlo financeiro.

O quadro municipal, que tem constituído a única instância jurídico-administrativa da descentralização, é cada vez mais reconhecido como insuficiente para responder às novas questões da coesão e competitividade dos territórios. Novos quadros, resultantes de aglomerações de municípios, impor-se-ão — julgo eu, e ainda bem! — num futuro próximo. Importa que a sua criação signifique também uma ruptura com modos de actuação em que se privilegia o curto prazo em detrimento do desenvolvimento sustentável, a competição com o vizinho, em desfavor da cooperação, a consolidação do poder, em prejuízo da abertura à inovação, à criatividade e à partilha.

Não tenho dúvidas em estar, como sempre estive, ao lado dos que querem novos estímulos a uma descentralização, de que resulta, necessariamente, a criação de novos poderes territoriais e novos métodos para o seu justo financiamento. Mas, atenção, é preciso que esses novos poderes territoriais tenham em conta: em primeiro lugar, que os parceiros com os quais se têm de articular

são, hoje, múltiplos, e que essa multiplicidade constitui uma força e um enriquecimento para a cidadania e para o sistema democrático; em segundo lugar, que o planeamento estratégico tem de se basear num sólido inventário das condições actuais; e, por último, que as soluções institucionais da descentralização têm de assentar em realidades credíveis e consensuais e não, precisamente, no contrário.

Não seria admissível que, perdêssemos, neste respeito, novas oportunidades.

Aplausos do PSD e do PS.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Excelências, Portugueses: É tempo de concluir. Neste dia — e agradeço a vossa paciência —, quis que as minhas palavras reflectissem as preocupações actuais que tenho e as metas de exigência que considero fundamentais para o progresso do País e a melhoria da qualidade da nossa democracia. Como Presidente da República eleito por sufrágio directo e universal, sou representante de um desígnio nacional que me compete actualizar, em cada momento decisivo, perante o País.

O caminho é estreito — sublinho, o caminho é estreito —, mas saberemos estar à altura da exigência deste tempo. A globalização impõe-nos uma permanente atenção, uma constante adaptação. A actual encruzilhada europeia, como em todos os anteriores momentos de crise, aumenta os desafios.

As nossas instituições e os nossos comportamentos políticos têm de ser adaptados ao tempo que vivemos, mas sem transigências no que respeita aos valores que fundam a nossa República.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Temos de fortalecer a democracia. O fortalecimento da democracia e da República exige o reforço do prestígio das instituições e dos seus titulares. E o esforço desse prestígio exige o combate à corrupção, ao negociismo, à partidarização do Estado. Exige uma justiça mais eficaz, célere e universal.

A nossa modernização económica pressupõe o rigor financeiro, mas exige mais. Temos de aumentar a nossa competitividade e o nosso nível de vida. Temos de melhorar a educação e dar essa melhor educação a mais portugueses. Não enchamos, Srs. Deputados, a boca com *slogans* e palavras de ordem, por muito modernas que elas nos pareçam. Passemos aos actos. Façamos mais e lamentemos menos. Assumamos melhor a responsabilidade que cada qual tem e não achemos sempre que essa responsabilidade é dos outros.

Aplausos do PSD e do PS.

Concentremo-nos na identificação das mudanças substanciais que temos de operar na economia e na sociedade portuguesas.

Estas mudanças, como disse, passam pela modernização do Estado de direito e têm de respeitar o Estado social e o imperativo da solidariedade entre os portugueses. Devemos saber preparar o futuro. Prepara-se o futuro reforçando a ética da responsabilidade e do trabalho, que é muitas vezes substituída pela da facilidade e do imediatismo.

Vozes do PSD e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Temos de nos habituar a premiar as obras, o mérito e os resultados — não temos de premiar as promessas e as ilusões.

Aplausos gerais.

A cidadania, o pluralismo de propostas e a participação política devem merecer a primazia própria de uma democracia adulta. Devemos combater a intolerância e a exclusão. Apresentadas as diferenças, assumidas as opções, clarificadas as alternativas, não podemos perder mais tempo.

Para não perdermos tempo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, temos de nos entender sobre o chamado «mínimo essencial». Ele é crucial para progredirmos. Sem esse mínimo, nenhum regime político democrático subsiste, pois fica por assegurar a continuidade e a estabilidade das instituições e do próprio tecido social. Se nos entendermos sobre o «mínimo essencial», então seremos capazes de fortalecer o Estado republicano e democrático e de mobilizar a sociedade. Com a nossa capacidade de trabalho, com a nossa iniciativa, com a nossa imaginação, com a nossa força de vontade e espírito de sacrifício, recuperaremos a economia portuguesa, aproximando-nos dos nossos parceiros europeus mais desenvolvidos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Portugal do 25 de Abril terá sempre um papel a desempenhar na defesa do Direito e na manutenção da paz internacional. É isso que se espera de nós. De um País que há 29 anos fez uma revolução que constituiu para o Mundo um exemplo exaltante de civismo e de esperança.

Viva o 25 de Abril!

Viva a Liberdade!

Viva Portugal!

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, agradecendo a participação de todos, com a vénia do Sr. Presidente da República, declaro encerrada a sessão.

Neste momento, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada junto aos Passos Perdidos, executou, de novo, o Hino Nacional, que foi cantado de pé.

Aplausos gerais, de pé.

Eram 13 horas e 40 minutos.

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Socialista (PS):

Alberto Bernardes Costa

Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins

Vitalino José Ferreira Prova Canas

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
António Joaquim Almeida Henriques
António Paulo Martins Pereira Coelho
Carlos Jorge Martins Pereira
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
Henrique José Monteiro Chaves
João Carlos Barreiras Duarte
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
Luís Filipe Soromenho Gomes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
Maria Teresa Pinto Basto Gouveia

Mário Patinha Antão

Miguel Fernando Alves Ramos Coleta

Pedro Filipe dos Santos Alves

Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro

Partido Socialista (PS):

Ascenso Luís Seixas Simões

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco

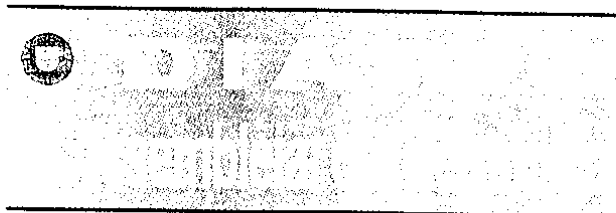
Henrique Jorge Campos Cunha

João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

Partido Comunista Português (PCP):

José Honório Faria Gonçalves Novo

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85



26043

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUIDO 5%)

€ 1,40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa.